MINISTÉRIO DA SAÚDE

DISTRIBUIÇÃO
VENDA PROIBIDA
GRATUITA

DIÁLOGOS DELIBERATIVOS: UMA DIRETRIZ METODOLÓGICA INTERATIVA

BRASÍLIA, DF - 2024

hcor ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÍRIA
PROADI-SUS Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde
SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
Departamento de Ciência e Tecnologia

DISTRIBUIÇÃO
VENDA PROIBIDA
GRATUITA

DIÁLOGOS DELIBERATIVOS: UMA DIRETRIZ METODOLÓGICA INTERATIVA

BRASÍLIA, DF - 2024

hcor ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÍRIA
PROADI-SUS Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde
SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIÁLOGOS DELIBERATIVOS:
UMA DIRETRIZ METODOLÓGICA INTERATIVA

Ministério da Saúde.
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.
Departamento de Ciência e Tecnologia.

Esta diretriz metodológica, elaborada nos formatos impresso e digital, tem como objetivo facilitar a apropriação de conceitos e conteúdos, por meio de áudios e vídeos com depoimentos e entrevistas, galerias de fotos, infográficos, entre outros recursos.
Além do texto, será possível acessar os seguintes conteúdos, de acordo com cada ícone:

Ver vídeo — Este ícone dá acesso aos vídeos externos

Ver conteúdo — Este ícone dá acesso a links externos

Ver documento — Este ícone dá acesso a documentos externos

Ver vitrine — Este ícone dá acesso à vitrine do conhecimento

Ouvir Podcast — Este ícone dá acesso a conteúdos em áudio

Acesse o Glossário clicando aqui

Tiragem: 1ª edição – 2024

Diretora:
Monica Felts de La Roca Soares (Decit/SECTICS/MS)

Coordenação-geral:
Patrícia de Campos Couto (Decit/SECTICS/MS)

Elaboração:

Daniela Fortunato Rêgo (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania)

Jorge Otávio Maia Barreto (Fiocruz/Brasília)

Keitty Regina Cordeiro de Andrade (Decit/SECTICS/MS)

Laura dos Santos Boeira (Instituto Veredas)

Mabel Fernandes Figueiró (Hcor)

Maria Sharmila Alina de Sousa (UNIFESP)

Maritsa Carla de Bortoli (Instituto de Saúde/SP)

Nathan Mendes Souza (UFMG)

Tatiana Yonekura (Hcor)

Tereza Setsuko Toma (Instituto de Saúde/SP)

Viviane Karoline da Silva Carvalho (UnB)

Revisão técnica:

Camille Cristine Gomes Togo (Hospital Universitário de Brasília/Brasília)

Cinthia Gabriel Meireles (Brighan and Women´s Hospital, Harvard Medical School)

Daniela Fortunato Rêgo (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania)

Izabela Fulone (Decit/SECTICS/MS)

Keitty Regina Cordeiro de Andrade (Decit/SECTICS/MS)

Marina Melo Arruda Marinho (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)

Patricia de Campos Couto (Decit/SECTICS/MS)

Diagramação:
Luciana Alves de Souza (Design e Diagramação)

Edição dos vídeos:
Bruna Martins Munhoz (Hcor)

hcor
ASSOCIAÇÃO
BENEFICENTE SÍRIA

Ficha Catalográfica

Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia.
B83d Diálogos deliberativos: uma diretriz metodológica interativa [recurso eletrônico]/ Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília, DF: Ministério da Saúde; São Paulo: Hcor, 2024.
79p. il.

Modo de acesso:
ISBN: 978-85-93191-25-1

1. Diálogos deliberativos. 2. Metodologia. 3. Tomada de Decisão – Saúde. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Hcor

Reprodução autorizada pelo autor somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino não sendo autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar a autoria.

Brasília, DF - 2024

Título para indexação:

Deliberative dialogues: an interactive methodological guideline

DISTRIBUIÇÃO
VENDA PROIBIDA
GRATUITA

Lista de figuras

Figura 1 — Modelos de Participação Social 19
Figura 2 — Conhecimentos, habilidades e atitudes desejáveis ao facilitador do diálogo 42

Lista de quadros

Quadro 1 — Diferenças entre diálogo e debate 24
Quadro 2 — Veja uma breve descrição de quem são e o que fazem. 33
Quadro 3 — Atividades na preparação de um diálogo deliberativo 36
Quadro 4 — Exemplos de análises qualitativas de diálogos deliberativos 55
Quadro 5 — Exemplos de análises qualitativas de diálogos deliberativos 60

Lista de abreviaturas e siglas

AHP	Analytic Hierarchy Process
ATS	Avaliação de Tecnologias em Saúde
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CBPR	Community-based participatory research
CCNT	Condições Crônicas não Transmissíveis
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONITEC	Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS
DCNT	Doenças Crônicas não Transmissíveis
Decit	Departamento de Ciência e Tecnologia
EVIPNet	Evidence-informed Policy Network
MS	Ministério da Saúde
NEv	Núcleo de Evidências
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAE	Patient Activation and Empowerment
PAHO	Pan-American Health Organization
PIE	Políticas Informadas por Evidências
PROADI-SUS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde
SEP	Síntese de Evidências para Políticas
SECTICS	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
SUPPORT	Supporting Policy relevant Reviews and Trials
SURE	Supporting the Use of Research Evidence
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

1. AS POLÍTICAS INFORMADAS POR EVIDÊNCIAS (PIE) E O SUS **14**

1.1 Contextualização das PIE no SUS 16

1.2 Uso de evidências no SUS 17

1.3 Importância da participação social em políticas de saúde 18

1.3.1 Formas de modelos e métodos de engajamento de cidadãos e cidadãs nos diálogos 21

2. DEFINIÇÃO E CONTEXTOS DO DIÁLOGO DELIBERATIVO **23**

2.1 Definição de diálogo deliberativo 23

2.2 Importância dos diálogos deliberativos 25

2.3 Características dos diálogos deliberativos 26

2.4 Justificativa para realização do diálogo deliberativo 26

3. COMO ORGANIZAR E SE PREPARAR PARA UM DIÁLOGO DELIBERATIVO **27**

3.1 Aspectos éticos de um diálogo deliberativo 31

3.2 Guia para equipe organizadora 35

3.2.1 Preparação dos diálogos deliberativos 35

3.3 Guia para o facilitador 41

3.3.1 Perfil de competências do facilitador: conhecimentos, habilidades e atitudes 41

3.3.2 Planejamento e preparação para o diálogo 42

3.3.3 A facilitação do diálogo 43

3.3.4 Outras providências 46

3.3.5 Desafios frequentes para a facilitação 46

3.4 Guia para os participantes 49

4. ANÁLISE DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS **57**

4.1 Métodos de Análise do Diálogo 58

4.1.1 Análise de conteúdo 59

4.1.2 Análise do discurso 59

4.1.3 Análise temática 60

5. SÍNTESE DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS **62**

5.1 Formato da síntese do diálogo deliberativo 63

6. QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NA AVALIAÇÃO DO DIÁLOGO DELIBERATIVO **65**

7. PERSPECTIVAS **67**

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS **68**

GLOSSÁRIO **69**

REFERÊNCIAS **71**

APÊNDICE I — CHECKLIST PARA EQUIPE ORGANIZADORA DO DIÁLOGO DELIBERATIVO **77**

APÊNDICE II - CHECKLIST PARA O FACILITADOR DO DIÁLOGO DELIBERATIVO **78**

APÊNDICE III — CHECKLIST PARA OS PARTICIPANTES DO DIÁLOGO DELIBERATIVO **79**

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento de políticas tende a ser complexo, e as evidências científicas são um dos fatores que podem influenciar esse processo[1]. O fato de haver pouca colaboração e comunicação entre pesquisadores e formuladores de políticas representa uma importante barreira para melhorar o uso das evidências nas políticas de saúde. Essa dificuldade, possivelmente, tem origem nas diferenças entre as atividades, os interesses e os posicionamentos de pesquisadores e tomadores de decisão[2].

Inúmeras iniciativas têm sido desenvolvidas para aumentar o uso das evidências nas políticas de saúde. Uma delas é a criação da Rede de Políticas Informadas por Evidências *(EVIPNet Global, do inglês, Evidence-informed Policy Network)* pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com o objetivo de estimular o uso de evidências, de forma sistemática, transparente e institucionalizada, no sistema brasileiro de saúde para apoiar a tomada de decisão[3]. O Brasil faz parte dessa iniciativa por meio da sua rede local, EVIPNet Brasil, composta por membros de unidades da federação, participantes dos núcleos de evidências e de outras instituições apoiadoras das políticas informadas por evidências[4].

Uma das ferramentas adotadas para apoiar a utilização das evidências é a **Síntese de Evidências para Informar Políticas (SEP)** (ver Glossário), elaborada pelo processo de integração de evidências científicas para apoiar a gestão de políticas de saúde, fornecendo aos atores sociais* (ver Glossário) interessados as melhores evidências científicas disponíveis no âmbito global e local.

A SEP tem como propósito oferecer, num formato amigável a diferentes leitores, um elenco de opções para enfrentar problemas de saúde prioritários ao abordar benefícios, danos potenciais, incertezas, percepções e experiências dos atores sociais, assim como os custos envolvidos.

Além disso, inclui considerações de equidade, barreiras e facilitadores na implementação das opções propostas, apontando possíveis adaptações a serem feitas nas perspectivas dos usuários, dos trabalhadores em saúde, da organização dos serviços e do sistema de saúde.[5] O diálogo deliberativo, uma estratégia que complementa esse processo, funciona como um mecanismo interativo de compartilhamento desses conhecimentos.

VOCÊ SABIA QUE?

Há uma diretriz metodológica específica sobre Sínteses de Evidências para Políticas?

Escaneie o QR code ao lado ou clique no botão abaixo e acesse o documento.

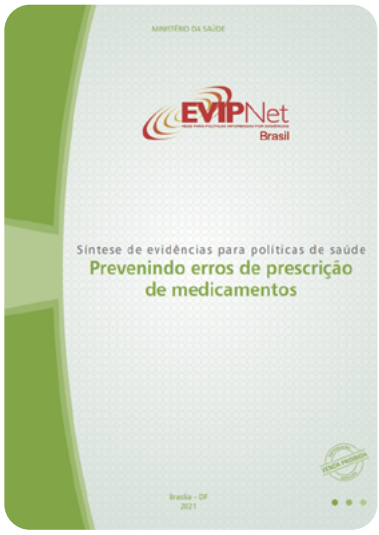
Ver documento

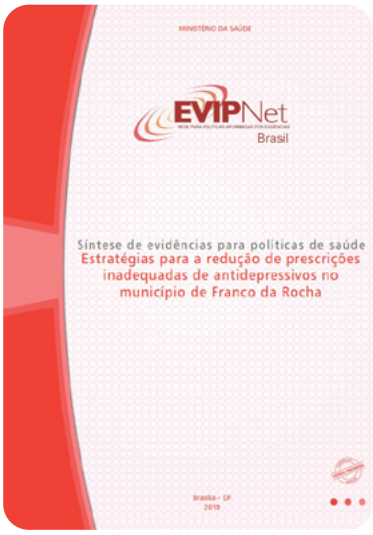
Clique abaixo ou escaneie o QR code ao lado e veja a vitrine do conhecimento de PIE.

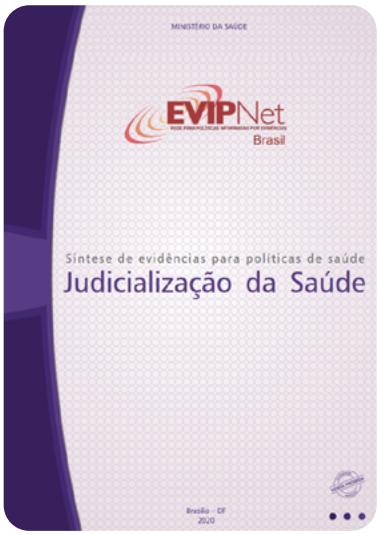
Ver vitrine

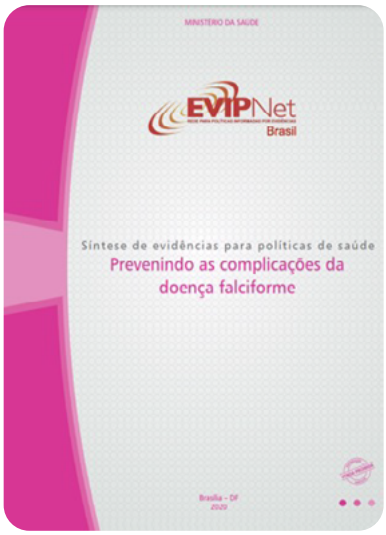
*A fim de padronizar a linguagem empregada nessa diretriz epidemiológica, utilizaremos o termo "atores sociais" para qualquer representação social de quaisquer entidades públicas ou privadas ou usuários do SUS que, de alguma forma, contêm em si aspectos identitários que tangenciam ou permitem a participação no processo decisório em saúde[53].

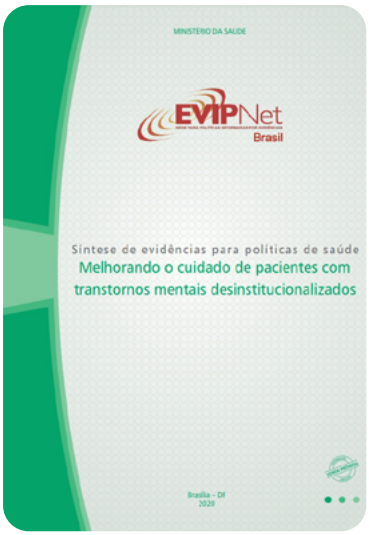
Veja abaixo SEPs publicadas na Rede EVIPNet Brasil. Acesse aqui para ver os documentos na íntegra: https://brasil.evipnet.org/sintese-de-evidencias/











Os diálogos deliberativos são instrumentos-chave de tradução do conhecimento (ver Glossário) constituindo-se como uma estratégia importante para engajar os atores sociais, além da comunidade em que estão inseridos, durante o planejamento, o desenvolvimento e a implementação de políticas e serviços. Assim, esses diálogos proporcionam a oportunidade de integrar as evidências de pesquisa sintetizadas com as percepções e o conhecimento tácito daqueles que estarão envolvidos ou serão afetados pelas decisões futuras relacionadas a uma questão prioritária[6].

O aumento no interesse pelo uso de diálogos deliberativos tem sido impulsionado pelo reconhecimento de fatores como[7]:

- A necessidade de "apoio à decisão" contextualizado localmente para formuladores de políticas e para outros atores sociais;
- A evidência da pesquisa é apenas uma das fontes de informação que apoiam a tomada de decisão e os processos de formulação de políticas;
- Atores sociais podem agregar valor significativo a esses processos;
- Muitos atores sociais também podem e devem agir para abordar questões que lhes são prioritárias, e não apenas os formuladores de políticas.

Diante desse cenário, o Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde (Decit/SECTICS/MS), em parceria com o Hcor, Associação Beneficente Síria, elaboraram esta diretriz metodológica, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).

ASSISTA AOS VÍDEOS

Sobre a **importância de uma diretriz interativa** e como esta diretriz foi construída com a fala de **Daniela Fortunato Rêgo,** analista técnica de políticas sociais do **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Enilda Maria de Sousa Lara,** coordenadora de projetos do Hcor. Para acessar este conteúdo **escaneie os QR codes ou clique nos botões abaixo**.

Ver vídeo

Ver vídeo

Esta diretriz tem como propósito apoiar tanto os pesquisadores que elaboram sínteses de evidências para informar políticas quanto gestores de saúde na tomada de decisão, apresentando os principais conceitos e as etapas necessárias para a condução de um diálogo deliberativo. Para sua construção, fontes internacionais e nacionais foram consultadas, assim como a abordagem desenvolvida por uma reconhecida colaboração global, denominadas:

- Ferramentas SUPPORT (do inglês, *Supporting Policy relevant Reviews and Trials*)[8]; e
- SURE (do inglês, *Supporting the Use of Research Evidence*), disponíveis *online* no Fórum de Saúde McMaster[9].

SAIBA MAIS

Saiba mais sobre as **ferramentas SUPPORT:** você pode baixar em português o livro inteiro ou cada artigo, separadamente, que podem ser utilizados por todos os envolvidos na busca de evidências de pesquisa para sustentar a elaboração e implementação de políticas de saúde.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver conteúdo

Esta diretriz apresenta também *checklists* para as diversas etapas e atividades de monitoramento (ver Apêndices). Além disso, o documento interativo apresenta depoimentos de numerosos membros da Rede EVIPNet Brasil, sobre os desafios e as lições aprendidas. Espera-se com esta diretriz contribuir para que os processos de elaboração e condução de um diálogo deliberativo sejam sistematizados e transparentes para aqueles que pretendem organizar uma reunião dessa natureza, de modo a preparar um relato abrangente para os que irão ler e aplicar esses conhecimentos e experiências.

1. AS POLÍTICAS INFORMADAS POR EVIDÊNCIAS (PIE) E O SUS

Políticas Informadas por Evidências (PIE) (ver Glossário) é um processo que compreende diversas etapas e visa garantir que as melhores evidências de pesquisa disponíveis sejam usadas para informar a tomada de decisão, através da viabilização de acesso sistemático e transparente e da avaliação das evidências e seus vieses[10].

Globalmente, usa-se o termo "informado por evidências", em vez de "baseado em evidências", reconhecendo que as evidências da pesquisa são apenas uma das fontes de informação que apoiam uma decisão política. Outras considerações incluem a cultura política e social, as questões financeiras, o tempo e a relação do tema com outras prioridades[3].

A EVIPNet global incentiva o desenvolvimento de equipes em nível nacional, que incluem formuladores de políticas, pesquisadores e representantes da sociedade civil, com o intuito de facilitar o desenvolvimento e a implementação de políticas por meio do uso das melhores evidências globais e locais — **glocais** (ver Glossário) — disponíveis. Em outras palavras, a EVIPNet global capacita países para desenvolver resumos de políticas e ajudar a estabelecer mecanismos para traduzir evidências em políticas.

ASSISTA AO VÍDEO

Sobre o contexto inicial e atual da rede EVIPNet global e como foi constituída a EVIPNet Brasil com a fala de Jorge Barreto, pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz de Brasília.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

Vamos saber mais sobre a EVIPNet global, seus desafios globais e locais? Você pode observar na linha de tempo abaixo que desde 2004 iniciou-se uma iniciativa global para criar uma rede para Políticas Informadas por Evidências.

Fonte: elaboração própria.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PIE NO SUS

A EVIPNet Brasil é coordenada desde a sua origem, em 2007, pelo Decit/SECTICS/MS que é responsável pela administração e gestão das atividades da Rede, tendo como principais atividades:

- Apoio a manutenção e gestão de conteúdos disponíveis do portal EVIPNet e outros canais de comunicação da Rede;
- Organização e coordenação dos processos de certificação de Núcleos de Evidências (NEv) participantes da Rede;
- Apoio, divulgação e promoção de qualificação profissional em PIE;
- Articulação para integração com parceiros internacionais, como a OMS, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), escritórios da rede EVIPNet em outras regiões do mundo e outras redes relacionadas a PIE.

Dentre as ações da Secretaria Executiva, o portal da EVIPNet Brasil foi lançado em 2009 e relançado em 2022[4,11]. **Acesse aqui: https://brasil.evipnet.org/**

A EVIPNet Brasil tem seus objetivos voltados para:

> "Institucionalizar o uso do conhecimento científico nos processos de tomada de decisão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como para desenvolver métodos e estratégias inovadoras na gestão da saúde, promover ou desenvolver os processos de tradução do conhecimento, propiciar cooperação técnica entre os integrantes da rede, nacional e internacionalmente, capacitar e monitorar a produção de sínteses de evidências para informar políticas em saúde, fomentar e organizar diálogos deliberativos em saúde e matriciar os integrantes da rede nacional"[4].

SAIBA MAIS

Sobre as ações do Conselho Consultivo da EVIPNet Brasil.

Para acessar o link **escaneie o QR code ou clique no botão abaixo.**

Ver conteúdo

1.2 USO DE EVIDÊNCIAS NO SUS

O objetivo do uso de evidências para informar políticas é aumentar o papel de dados empíricos de pesquisas, bem como analisar como tais dados se relacionam com as atitudes e percepções de atores sociais em decisões políticas. Nem sempre é evidente se as políticas são efetivas ou se vão causar mais danos do que benefícios; portanto, basear-se em evidências é essencial para otimizar o impacto na sociedade[5].

As evidências tornaram-se muito mais fáceis de serem incorporadas na formulação de políticas devido ao aumento contínuo da disponibilidade de dados, o que facilita uma avaliação objetiva, oportuna e contextualizada dos custos e benefícios dos investimentos públicos. Isso indica não apenas o que funciona, mas também quais alternativas mais efetivas podem existir e o monitoramento de seus impactos a curto, médio e longo prazo[12].

O uso de evidências para a tomada de decisão no contexto do SUS é um desafio constante, tanto para a formulação, implementação e avaliação de políticas quanto para a avaliação de tecnologias em saúde (ATS). Nos últimos anos, observam-se avanços na incorporação de evidências científicas na área da saúde, seja com a criação de órgãos ministeriais, como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) com a formulação de políticas de abrangência nacional, seja com a criação de NEvs que facilitam a integração entre formuladores de políticas, pesquisadores e sociedade civil em nível local de estados e municípios.

As evidências, como vimos, são um dos insumos para a tomada de decisão, e as visões, os valores e as preferências de atores sociais, como a sociedade civil, trabalhadores, gestores e pesquisadores, também devem ser levadas em conta ao se tomar uma decisão política. Por isso, aliados aos processos de síntese de evidências, os diálogos deliberativos são uma estratégia potente, uma vez que são momentos em que as evidências disponíveis são apreciadas por essas diferentes vozes que compõem o mosaico das políticas públicas.

ASSISTA O VÍDEO

Sobre o uso de evidências no SUS, em relação ao desenvolvimento, implementação e avaliação de Políticas Informadas por Evidência com a fala de Maritsa Carla Bortoli, pesquisadora científica e coordenadora do Núcleo de Evidências do Instituto de Saúde de São Paulo.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

1.3 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS DE SAÚDE

A OMS e os sistemas de saúde têm cada vez mais encorajado e aperfeiçoado processos para institucionalizar a participação social (ver Glossário) ativa da sociedade durante todas as etapas da tomada de decisão acerca de um tema em saúde, tais como: para o planejamento da elaboração de evidências (por exemplo, as revisões sistemáticas), para uma decisão compartilhada entre profissionais de saúde, indivíduos e parceiros de cuidado durante o atendimento nos serviços de saúde, para a gestão de tecnologias de saúde e para fins de políticas de saúde. Essa participação tem resultado em maior engajamento social nas etapas de avaliação da tomada de decisão e implementação[13-14].

Veja um exemplo sobre participação social:

No caso das Condições/Doenças Crônicas não Transmissíveis (CCNT/DCNT), é fundamental o envolvimento dos indivíduos com a condição clínica considerada em todas as etapas, compartilhando soluções, desafios e práticas promissoras, como evidenciado pela própria OMS, que especifica que a importância de ouvir e envolver indivíduos com experiência na vivência com condições crônicas é um modo para não perpetuar práticas nocivas[15] e representa ainda a oportunidade-chave de aproveitar o poder do conhecimento da comunidade para adaptar prioridades, programas e práticas a fim de que sejam contextualmente viáveis e apropriadas para as populações-alvo.[13] Um ambiente onde as pessoas se sentem empoderadas para falar, dá à população ciência e poder sobre sua própria saúde e vida, um passo fundamental na realização do direito humano à saúde[16]. Nesse contexto, uma lição aprendida com questões de saúde globais como o HIV, a tuberculose e a pandemia de covid-19 é que o envolvimento das comunidades é essencial para impulsionar o progresso[17-19].

Você conhece a Política Nacional de Participação Social?

É importante ter em mente que essa política estabelece as várias formas por meio das quais os cidadãos (pessoas atendidas nos serviços de saúde, profissionais de saúde, cientistas, jornalistas, cuidadores, entre outros atores sociais) podem interferir no processo de tomada de decisões para fins de planejamento, formulação, monitoramento e avaliação de políticas e sua potencial consequente reformulação, expressando demandas, preocupações, reclamações, conselhos, decisões consensuais ou por voto, e assim por diante, conforme o Decreto n. 8.243/2014.20.

Para saber mais, leia a publicação acessando o link: https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/legislacao/decretos/decreto-8423-2014.pdf/view

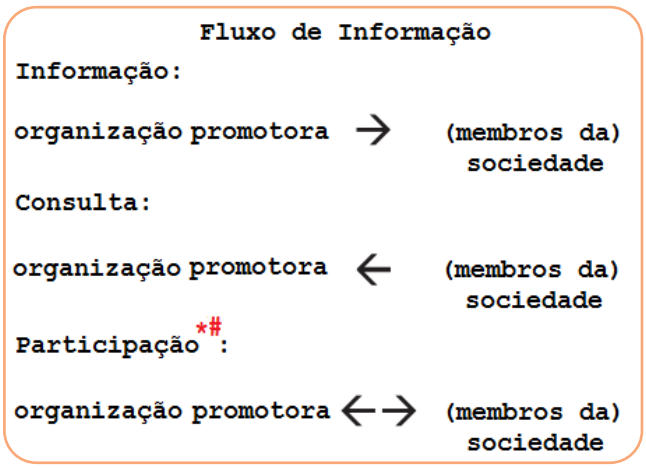
Apresentamos a seguir os três tipos de participação social, os quais são resumidos em seguida na Figura 1[21].

A) **Informação (ou Divulgação):** refere-se a métodos de engajamento nos quais o fluxo unidirecional de informações se dá a partir da organização promotora para a sociedade e/ou grupos específicos da sociedade — por exemplo, disseminação por diversos meios (impressos, audiovisuais e/ou digitais) de um guia em linguagem leiga de uma diretriz como esta;

B) **Consulta (ou Participação Passiva):** refere-se a métodos de engajamento nos quais o fluxo unidirecional de informações se dá a partir da sociedade e/ou grupos específicos da sociedade para a organização promotora — por exemplo, enquete online para indivíduos e/ou representações/grupos de pacientes ou outros atores sociais para obter informações deles sobre a escolha de uma situação-problema;

C) **Participação (ou Participação Ativa, Ativação):** refere-se a métodos de engajamento nos quais o fluxo de informações é bidirecional, ou seja, ocorre uma troca de informações entre a organização promotora e a sociedade e/ou grupos específicos da sociedade— por exemplo, a organização de diálogos deliberativos, painéis e júris de cidadãos, audiências públicas, reunindo membros da organização promotora de processos deliberativos para a formulação de políticas e diversos tipos de cidadãos, com espaço aberto para que todos se manifestem.

Figura 1 — Modelos de Participação Social



Legenda: *empoderamento; #ciência de cidadania

Fonte: Brasil, 2020b[22].

Ressalta-se que, quando o processo de deliberação é promovido por uma organização e/ou agência estatal, deve-se buscar esquemas de participação social que sejam inclusivos e democráticos. Dessa forma, o processo democrático dá aos cidadãos a possibilidade de participar de diálogos organizados, com a expectativa de que poderão expressar e ouvir argumentos razoáveis.

No Brasil, até o momento, a participação social em processos de deliberação participativa tem consagrado os modelos de informação e consulta[23-24]. Falta, porém, estabelecer processos para operacionalizar métodos de participação ativa.

É por isso que é essencial eleger, entre os diversos enfoques existentes, aquele que mais possa auxiliar no estabelecimento de iniciativas de fomento à participação social nos processos deliberativos em saúde no Brasil.

Quais são os métodos de participação social (ativa) que podem e têm sido utilizados para fins de políticas de saúde?

Os métodos mais recomendados pela comunidade internacional estão no âmbito da:

- **Ciência de implementação** (ver Glossário) sobre como continuamente investir recursos em planejar, desenvolver, implementar, monitorar, avaliar e replanejar abordagens aprofundadas de participação social que incluam estratégias de empoderamento (nesse caso, a apropriação da sociedade sobre os processos de tomada de decisão em sistemas de saúde)[25];

- **Ciência de cidadania** (ver Glossário) (ou colaboração, parcerias; isto é tecnologia social em processos de tomada de decisão, em quaisquer níveis de sistemas de saúde.[22]

Esta diretriz apresenta o método de **diálogos deliberativos** para fins de participação social (ativa) na tomada de decisões em PIE. Há ainda outros métodos, segundo o Ministério da Saúde[22], os quais são listados no a seguir.

OUÇA O PODCAST

Importância da participação social em políticas de saúde com a fala de Maria Sharmila Alina de Sousa - Pesquisadora da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ouvir Podcast

Conheça outros métodos de participação social (ativa)

- Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade / *Community-based Participatory Research* (CBPR)
- Júris/painéis de cidadãos (*citizens' juries/panels*)
- Processo Analítico Hierárquico / *Analytic Hierarchy Process* (AHP)
- Mini-públicos (*Mini-publics*)
- Experimento de Orçamento Participativo / *Participation Budget Experiment*
- Conferências de atores sociais / *Stakeholder conferences*
- Fórum de grupos cívicos / *Civic groups forum*
- Jogos e simulações / *Games and simulations*
- Rúbrica do modelo de valor centrado no paciente / *Patient-centered value model rubric*
- Ativação e Empoderamento de Pacientes / *Patient Activation and Empowerment* (PAE)

1.3.1 FORMAS DE MODELOS E MÉTODOS DE ENGAJAMENTO DE CIDADÃOS E CIDADÃS NOS DIÁLOGOS

Como já vimos, não basta convidar atores sociais para serem participantes de um diálogo deliberativo: é essencial garantir que eles se sintam parte do processo, sejam escutados e que se sintam bem para emitir suas opiniões. Uma forma simples de facilitar esse processo é propor uma conversa entre a equipe organizadora e a pessoa convidada, tirando dúvidas, ressaltando os motivos pelos quais ela foi convidada e a apoiando com qualquer demanda prévia ao diálogo.

Estimular que a pessoa possa organizar uma reunião com seus pares de modo a levantar opiniões sobre o tema pode ajudá-la a se sentir mais informada para o diálogo.

Outra alternativa já é desenvolvida por algumas instituições, como a Universidade de McMaster, no Canadá, e a Universidade de Antioquia, na Colômbia, as quais têm conduzido os chamados **painéis de cidadãos**[26].

Vale reforçar que esses painéis de cidadãos têm uma estrutura similar aos diálogos deliberativos, mas estão focados apenas na participação dos usuários finais de uma política: a população.

No *Health Forum,* os participantes são selecionados de modo a garantir diversidade etnocultural, socioeconômica, de gênero, entre outras, para deliberar sobre um problema e suas causas, opções para abordá-lo e as principais considerações de implementação[26-27]. Em vez de interagirem com uma síntese de evidências, os participantes recebem, antes do diálogo, um resumo, em linguagem simples, que pode ser escrito ou em vídeo, e o foco do diálogo é capturar valores, crenças e preferências dessa população. Ao final, é feito um resumo do painel, com as principais mensagens consolidadas, também em linguagem simples[26].

Atualmente, o *Health Forum* recomenda que sejam realizados entre um e três painéis de cidadãos antes do diálogo deliberativo, apresentando as principais mensagens oriundas dos painéis no início dos diálogos e selecionando participantes dos painéis para também comporem uma das cadeiras do diálogo. Assim, participantes do diálogo interagem desde o princípio com os valores e as preferências da população, fazendo com que o ator social que participar do diálogo se sinta mais empoderado para representar a visão de um grupo plural e diverso[26].

Conheça exemplos de resumos para cidadãos e resumos de painéis

- Resumo para cidadãos: *Enhancing the delivery of comprehensive care for people living with HIV in Canada* (em inglês)
- Resumo para cidadãos: *Participación comunitaria con niños y adolescentes en el control a las políticas publicas* (em espanhol)
- Vídeos de cidadãos: *Participación comunitaria con niños y adolescentes en el control a las políticas publicas* (em espanhol)
- Resumo de painel: *Optimizing patient and family transitions from cancer treatment to primary and community care supports in Canada* (em inglês)
- Resumo de painel: *Participación comunitaria con niños y adolescentes en el control a las políticas publicas* (em espanhol)

2. DEFINIÇÃO E CONTEXTOS DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

A literatura internacional nos apresenta dois termos *"Policy dialogue"* e *"Deliberative dialogue"*. Nesta diretriz, padronizou-se o termo diálogos deliberativos, considerando-se que este é um termo traduzido do inglês deliberative dialogue e é definido como um método, mais comumente utilizado na literatura emergente.

2.1 DEFINIÇÃO DE DIÁLOGO DELIBERATIVO

Diálogos deliberativos (também conhecidos como diálogos de políticas) são definidos como uma ferramenta participativa para apoiar a tomada de decisões políticas que leva em consideração as evidências de pesquisas científicas em diálogo com os atores sociais[5,28-36].

A expressão "diálogos deliberativos" sintetiza processos de problematização da realidade, trocas de experiências e saberes, instrumentalização para a aprofundamento de compreensão da realidade, e proposição de mudanças das práticas sociais; ou seja, envolve um processo educativo que culmina em decisões de natureza política[35].

Ressalta-se que um diálogo deliberativo não é um debate, uma vez que não almeja criar uma arena de embate entre diferentes pontos de vista, tampouco deseja chegar necessariamente a consensos, afirmar perspectivas ou defender suposições. Ao contrário, um diálogo deliberativo busca criar e manter um espaço para o compartilhamento de conhecimentos e interações construtivas[6].

Por fim, os diálogos deliberativos visam proporcionar um espaço colaborativo em que a competição seja deixada de lado e as perspectivas individuais possam ser ampliadas, em que haja possibilidade de reflexão para buscar acordos, construir fortalezas e criar um ambiente aberto para o surgimento de novas ideias[34].

O Quadro 1 sintetiza as principais diferenças entre diálogo e debate.

Quadro 1 — Diferenças entre diálogo e debate

DIÁLOGO	DEBATE
1. Colaborativo	1. De oposição
2. O terreno é comum	2. Busca ganhar
3. Amplia perspectivas	3. Afirma perspectivas
4. Busca o acordo	4. Busca as diferenças
5. Gera introspecção	5. Gera crítica
6. Busca forças	6. Busca os pontos fracos
7. Avalia pressupostos	7. Defende as hipóteses
8. Permanece aberto a novas ideias	8. Conclui

Fonte: Toma et al., 2017[34].

2.2 IMPORTÂNCIA DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS

Os diálogos deliberativos são momentos destinados a contribuir para informar, desenvolver ou implementar uma mudança de política a partir de discussões informadas por evidências. Por isso, são muito relevantes na elaboração de políticas e nos processos de tomada de decisão que visam o fortalecimento dos sistemas de saúde[37]. Os diálogos deliberativos permitem que diferentes atores sociais possam reconhecer que há necessidade e possibilidade de se apoiar uma tomada de decisão, com base no conhecimento do contexto local e na utilização de evidências de pesquisa[6].

ASSISTA AO VÍDEO

Primeiro Diálogo Deliberativo da EVIPNet Brasil.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

Os diálogos deliberativos são uma potente ferramenta para planejamento, gestão e implementação de políticas, levando às mudanças positivas da realidade.[38] Além disso, apresentam potencial para melhorar a equidade em saúde, o engajamento dos atores sociais, a formação de redes de contato e trocas de experiências e a participação social nos processos decisórios de elaboração, implementação, análise e avaliação de políticas.[35]

A interação entre tomadores de decisão, pesquisadores e outros atores sociais é fortalecida quando eles participam de diálogos deliberativos, de modo a se apoderar das evidências, o que pode aumentar as chances de que realmente as utilizem em suas práticas[39].

2.3 CARACTERÍSTICAS DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS

Algumas características que conferem transparência e reforçam a importância do desenvolvimento desses encontros incluem[6,33,39]:

- abordar uma questão de alta prioridade, informada em um documento de síntese de evidências enviado com antecedência aos atores sociais convidados;
- garantir a possibilidade de dialogar sobre opções para resolver o problema prioritário;
- deliberar sobre questões relacionadas à implementação e equidade dessas opções; assegurar o equilíbrio na participação de atores sociais que têm interesse no problema e/ou que podem ser afetados por ele;
- facilitar as deliberações por meio de um ambiente seguro de compartilhamento seguindo os princípios da Regra de *Chatham House*, que será abordada oportunamente.

Os diálogos deliberativos precisam ter um propósito bem definido. Apesar das principais recomendações sobre o desenvolvimento dos diálogos deliberativos enfatizarem que não se deve buscar finalizações e consensos[6,39], é útil contar com um resultado concreto definido previamente, por exemplo, uma decisão, um encaminhamento/plano ou um produto final[35].

2.4 JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

Os diálogos deliberativos constituem uma etapa importante do processo de elaboração das sínteses de evidências para informar políticas, podendo ser realizados para subsidiar a priorização dos problemas a serem explorados e/ou após a conclusão da primeira versão da síntese de evidência, para discutir as opções políticas encontradas na literatura científica, suas barreiras e seus facilitadores relacionados à implementação no nível local/institucional, regional, nacional, internacional ou específico (ou seja, referente a um tema em contexto particular) e à equidade[5-6,34].

Reflexões feitas em espaços de diálogo permitem que pesquisadores, gestores, formuladores de políticas, profissionais de saúde e demais atores sociais na temática prioritária identifiquem estratégias alternativas para facilitar o uso de evidências na prática e política de saúde[40].

3. COMO ORGANIZAR E SE PREPARAR PARA UM DIÁLOGO DELIBERATIVO

Chegamos ao momento de organizar e preparar um diálogo. Abordaremos a seguir algumas etapas desse processo, iniciando pelas questões éticas que são fundamentais no contexto de planejamento e realização do diálogo.

3.1 ASPECTOS ÉTICOS DE UM DIÁLOGO DELIBERATIVO

Diversas questões éticas devem ser consideradas ao organizarmos um diálogo deliberativo. Ao longo dos anos, condicionou-se adotar, no momento do diálogo, a Regra de *Chatham House,* que visa a criação de um ambiente seguro para deliberação sobre tópicos sensíveis[2].

A referida regra estabelece que os participantes são livres para usar as informações recebidas durante a reunião, mas não deverá ser revelada a identidade nem a afiliação do(s) interlocutor(es), assim como de qualquer outro participante. Essa regra pode ser utilizada em diversas situações, como em eventos de governos locais e instituições de pesquisa, além dos diálogos deliberativos. Uma das maiores potencialidades da regra é o incentivo de um diálogo inclusivo e aberto, incentivando a participação com ideias colaborativas e a quebra de barreiras, sem a preocupação com as implicações posteriores sobre a posição de cada um no diálogo[6].

SAIBA MAIS

A Regra de *Chatham House*

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão abaixo.**

Ver conteúdo

A Regra *Chatham House* deve ser reafirmada em diferentes momentos do diálogo, desde o convite até a produção do relatório, mas, frequentemente, ela não é suficiente. Listamos a seguir algumas situações em que pode ser necessário lançar mão de outras ferramentas éticas:

- Caso o diálogo deliberativo faça parte de uma pesquisa que vise a publicação científica, é importante consultar os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) sobre a pertinência de submeter esse projeto à apreciação. Como a Regra de *Chatham House* não protege participantes de eventuais desconfortos oriundos da participação no diálogo, pode ser relevante desenvolver um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que explique detalhadamente o procedimento do diálogo para os participantes. Para saber mais, acesse às resoluções:

CNS n. 466/2012: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf
CNS n. 510/2016: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf

ASSISTA AO VÍDEO

A importância dos aspectos éticos para o diálogo deliberativo com a fala de **Laura Boeira, diretora executiva do Instituto Veredas.**

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

Veja a seguir um modelo de TCLE. Lembre-se de consultar o CEP de sua instituição para verificar as normas específicas

Logo da instituição

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(a) senhor(a). está sendo convidado(a) a participar do _____ (nome do estudo/evento) com o objetivo de _____. Serão realizados _____ (descrever o número de encontros, local, data, materiais utilizados, como gravadores, despesas financeiras, riscos e benefícios e outras informações pertinentes).
Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do(a) _____ (nome da instituição). O Comitê de Ética é um grupo que realiza a revisão ética inicial e contínua do estudo para manter sua segurança e proteger seus direitos. Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação aos aspectos éticos do estudo, fique à vontade para entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa no telefone: _____, endereço: _____, ou por e-mail: _____. O horário de atendimento é das _____às _____.
A equipe do estudo está à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos antes, durante e após o estudo, por meio do responsável _____ (nome completo), pelo e-mail _____ ou telefone _____.
A participação neste estudo é absolutamente voluntária e o(a) senhor(a) tem pleno direito de se recusar em participar. Se optar por retirar seu consentimento do estudo após ter aceitado participar, tem o direito de fazer isso a qualquer momento. Caso aceite participar, você receberá uma via assinada deste documento que contém todas as explicações. Destaca-se que o sigilo das informações e o anonimato serão garantidos.

Declaração de Consentimento

Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de forma clara e detalhada, e pude fazer perguntas. Também me foi garantido pelo pesquisador sigilo que assegure a privacidade dos dados obtidos na pesquisa. Estou ciente de todas as atividades que serão realizadas e dos possíveis riscos e benefícios e, em caso de qualquer dúvida, poderei entrar em contato com a equipe do estudo. Recebi uma via assinada deste documento.

_____ Nome por extenso do participante Data: _____/_____/_____	_____ Assinatura	
_____ Nome por extenso do representante legal do participante Data: _____/_____/_____	_____ Assinatura	_____ Especificar relação
_____ Nome por extenso da pessoa que obteve o consentimento Data: _____/_____/_____	_____ Assinatura	_____ Função no estudo
_____ Nome por extenso do responsável da pesquisa Data: _____/_____/_____	_____ Assinatura	_____ Função no estudo

- Em diálogos online pode haver riscos de gravação e divulgação de parte do conteúdo, bem como de pessoas não convidadas acessarem o *link*, expondo os demais participantes. Um primeiro cuidado é se familiarizar com **orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais.** Em seguida, verificar se a ferramenta de comunicação adotada permite o uso de senhas para acesso e a restrição de gravação. No dia do diálogo, tenha uma pessoa no "bastidor", manejando a lista de participantes, apenas autorizando a entrada de pessoas convidadas, e removendo aquelas que não fazem parte do grupo de convidados. Além disso, ressalte no início e no fim do diálogo a forma como a gravação por parte da equipe será manejada e a proibição de que o conteúdo seja gravado por participantes.

- Em caso de diálogos gravados ou de gravação de pequenos vídeos de depoimento ao final, é importante aliar aos documentos do diálogo um Termo de Cessão de Imagem e Voz. Além disso, com a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, desde 2018, é importante que a equipe organizadora estude os critérios de proteção de dados de modo a não os infringir. Lembre-se da Regra de *Chatham House* e deixe claro para o participante o motivo da gravação.

DICA

Conheça o curso sobre **Direito de Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais no Campus Virtual da Fiocruz.**

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão abaixo.**

Ver conteúdo

Veja um modelo de Termo de Cessão do uso de direito de Imagem e Voz:

Logo da instituição

Termo de Cessão de Uso de Direito de Imagem e Voz

Pela presente, eu _____(nome completo), portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, CEDO os direitos de uso de minha imagem e voz, colhida no evento _____, pela _____ (nome da instituição) declaro que concordo expressamente com a divulgação que porventura seja feita, por meio de publicação, transmissão distribuição, reprodução ou qualquer outro meio de comunicação institucional ao público interno ou externo, não querendo para isso qualquer espécie de benefício, a partir da presente data e por prazo indeterminado, cedendo assim na sua totalidade todo e qualquer direito de uso. A equipe do evento está à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos, por meio do responsável _____ (nome completo), pelo e-mail _____ ou telefone _____.

Assino o presente termo e declaro que recebi uma cópia assinada deste documento.

.

_____(cidade), ___(dia) de _____(mês) de ____ (ano).

_____

Assinatura

- Por fim, mas não menos importante, há um aspecto ético relacionado à diversidade de participantes de um diálogo. Em um país desigual como o Brasil, vivenciamos cotidianamente violências oriundas de preconceitos de raça, gênero e classe ou capital social. É essencial que a equipe organizadora e o facilitador do diálogo estejam atentos a qualquer fala ou prática discriminatória, seja dos participantes, seja de membros da própria equipe. Um diálogo só ocorrerá de forma proveitosa se preconceitos forem imediatamente coibidos. Frente a temas polarizados, também podem ocorrer manifestações agressivas e exaltações, que devem ser manejadas imediatamente.

Fique atento a preconceitos institucionalizados!

Valorizar as dimensões de igualdade de gênero e diversidade racial em um diálogo pode garantir um resultado muito mais positivo, mas ainda há barreiras para esse processo.

Como equipe, você deve prezar pela diversidade de representações no diálogo, direcionando explicitamente convites a mulheres, pessoas pretas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, ou outros grupos frequentemente sub-representados em espaços de diálogo.

No entanto, não basta convidar essas pessoas se não lhes for oferecido um espaço igual de fala. É comum, por exemplo, que diálogos espelhem algumas hierarquias sociais, com representantes da sociedade civil mais silenciados frente a representações da academia e dos governos. Estimule a participação da sociedade civil e dos grupos sub-representados, convocando-os a falar, e mantenha um bom controle dos tempos de fala para que determinadas pessoas não dominem o espaço participativo.

Inclua na avaliação do diálogo perguntas sobre a percepção das pessoas em relação a terem sido respeitadas e ouvidas, e se sentiram que sofreram algum tipo de preconceito ao longo do diálogo.

Depois dos aspectos éticos necessários para realizar um diálogo, apresentamos os atores sociais, suas atividades específicas e aquelas que são comuns a todos os envolvidos.

Mas quem são estes atores sociais?

Veja no **Quadro 2** uma breve descrição de quem são e o que fazem.

ATORES SOCIAIS	QUEM SÃO E O QUE FAZEM?
Equipe organizadora	A equipe organizadora do diálogo deliberativo é a responsável por toda a produção de um diálogo. É a equipe que planeja, orienta, produz, gerencia e acompanha os resultados obtidos, garantindo a efetividade de um diálogo.
Facilitador	O facilitador desempenha um papel fundamental para o sucesso de um diálogo. Ele deve, ao mesmo tempo, ser hábil, experiente e manter postura neutra, permitindo que o conhecimento tácito dos participantes emerja de forma explícita, equilibrada e colaborativa.
Participantes	Os participantes são atores sociais no tema para garantir que todas as perspectivas e os interesses estejam representados. Podem ser pessoas que atuam em governos, universidades, empresas, coletivos e organizações da sociedade civil, conselhos e associações de cidadãos, entidades profissionais ou grupos de trabalhadores, bem como estudantes ou usuários de serviços de saúde.

Fonte: elaboração própria.

Que atividades são comuns a todos os atores?

Algumas atividades gerais são comuns a todos os atores sociais na realização do diálogo e para que esse diálogo tenha sucesso, além de um bom planejamento do evento, é necessário comprometimento por parte de cada ator envolvido. Por isso, é importante que cada um[41]:

- Leia a síntese que foi enviada previamente pela equipe organizadora, em tempo hábil para participação do diálogo deliberativo.

- Anote dúvidas e outros pontos que possam ser debatidos no diálogo deliberativo.
- Preencha formulários de avaliação da síntese e do diálogo (se aplicável).
- Assine o TCLE e/ou termo de cessão de uso de imagem e voz (devem ser enviados previamente pela equipe de organização, junto com a síntese de evidências para informar políticas).
- Esteja aberto para ouvir e respeitar as diferentes opiniões, mesmo que sejam contrárias às suas.
- Contribua para um ambiente confiável para troca de informações e experiências (por exemplo, evitar gravações de áudio ou imagem sem consentimento dos demais participantes).
- Cumpra os acordos que sejam firmados no início do diálogo deliberativo (por exemplo, caso os organizadores usem a regra de *Chatam House*, os participantes devem manter o anonimato sobre as opiniões e as informações que cada ator compartilhar durante o diálogo.

Apresentamos, nas subseções a seguir, no formato de guias, as especificidades e as atividades de cada um desses atores, separadamente.

ASSISTA AO VÍDEO

Guia para a equipe organizadora de um diálogo deliberativo com a fala de Bruna Araujo, diretora do Núcleo de Análise de Projetos e Avaliação de Tecnologias para o SUS do Instituto de Saúde de São Paulo.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

3.2 GUIA PARA EQUIPE ORGANIZADORA

A equipe organizadora do diálogo deliberativo é a equipe responsável por toda a produção de um diálogo. É a equipe que planeja, orienta, produz, gerencia e acompanha os resultados obtidos, garantindo a efetividade de um diálogo. A equipe deve ser composta pelos

organizadores do evento, pelos elaboradores da síntese, pelo facilitador do diálogo, pela equipe de relatoria e pelos pesquisadores que analisarão os dados obtidos com o diálogo (pelo menos um pesquisador especialista em análise qualitativa e/ou em métodos mistos). Ao envolver todos esses atores no processo de organização de um diálogo, é possível alinhá-los para que todos trabalhem na direção de um mesmo objetivo, aumentando as chances de sucesso do diálogo deliberativos[10].

ASSISTA AOS VÍDEOS

Sobre as maiores dificuldades na organização de um diálogo deliberativo com a fala de Jorge Barreto, pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz de Brasília e Sanni Parente, médica da Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Santos.

Para acessar este conteúdo **escaneie os QR codes ou clique nos botões abaixo**.

Ver vídeo

Ver vídeo

3.2.1 PREPARAÇÃO DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS

Para preparação dos diálogos para as políticas, a equipe organizadora deve planejar, previamente, as seguintes etapas, as quais são descritas em detalhes no Quadro 3: definir objetivos, data, local e modo operacional do diálogo; mapear e conhecer grupos de interesse no assunto que será abordado; preparar e engajar os participantes; planejar a análise dos dados e disseminar os resultados da análise. O Apêndice I poderá auxiliar e guiar a equipe organizadora em suas atividades essenciais.

Quadro 3 — Atividades na preparação de um diálogo deliberativo

ETAPAS	O QUE FAZER?	COMO FAZER?

A) Definir objetivos do diálogo	Elucidar os objetivos do diálogo deliberativo para auxiliar a deliberação de considerações relevantes, incluindo evidências científicas, locais, contextuais ou coloquiais e sobre as opções para enfrentar o problema abordado.	• Reflita sobre o momento do diálogo em relação ao período em que a decisão será tomada.
		• Pense sobre a maneira como o diálogo se destina a alimentar o desenvolvimento da política e processo de implementação.
		• Cite os objetivos na carta convite, na tentativa de assegurar que sejam compartilhados com todos os participantes.
		• Considere como possíveis objetivos:
		  • elucidar o problema e as opções para superar o problema;
		  • agregar valor a uma síntese de evidências;
		  • desenvolver e implementar políticas;
		  • identificar possíveis barreiras à implementação de ações e estratégias;
		  • contribuir para a governança e democracia.

B) Definir data	Determinar a data de modo que assegure a participação de todos os atores sociais.	• Considere feriados, outros eventos e reuniões importantes que os participantes possam priorizar. • Busque janelas de oportunidades para a realização do diálogo. • Planeje a agenda com antecedência, considerando o período adequado para o diálogo, pois a depender da temática e do método (virtual ou presencial) um diálogo pode variar de duas horas a um dia inteiro.

ETAPAS	O QUE FAZER?	COMO FAZER?
C) Eleger local e modo operacional	Definir um local que seja caracterizado pelo maior número de recursos possíveis, seja no modo virtual ou presencial.	Nos casos presenciais: • Reserve um local neutro e atraente (por exemplo, um hotel) com sala de reuniões de fácil acesso e padrão caracterizado por um ambiente propício para discussões de alto nível (por exemplo, um local que tenha sido utilizado para eventos relevantes), preferencialmente com computadores para registro das contribuições pelos relatores (no mínimo dois), gravador de áudio e/ou imagem para a posterior transcrição, e pontos para intérpretes. O local também deve ser acessível para pessoas com deficiência. Caso não tenha esses recursos disponíveis, adapte às suas condições locais. • Organize a disposição das cadeiras e mesas permitindo que todos os participantes se vejam bem (por exemplo, uma configuração de mesa em formato de U). • Observe se o mobiliário é confortável para uma reunião (mas não tão confortável que possa causar perda de concentração, por exemplo, sofás) e que ofereça espaço suficiente para escrever e guardar bolsas e garrafas d'água. É importante considerar se o mobiliário permite o acesso adequado e confortável para pessoas com deficiência (por exemplo, observar se a altura da mesa permite o encaixe de uma cadeira de rodas). • Providencie almoço ou lanche para que os participantes se mantenham no local de realização, caso o diálogo dure o dia todo. • Garanta que passagens sejam compradas e agendadas com tempo suficiente para a participação plena dos atores sociais convidados. Forneça ou agende transporte e imprima cartões de embarque, tornando a participação o mais conveniente possível. • Considere o planejamento de um mapa de assentos para estimular um debate diverso. Nos casos virtuais: • Reserve um link que todos tenham acesso. • Elabore um mapa visual ou infográfico explicando a ferramenta que será utilizada. • Utilize o chat como oportunidades para ingressos de falas. • Considere um menor tempo de duração, uma vez que virtualmente a concentração e a atenção dispensadas para a atividade pode ser desafiadora.

ETAPAS	O QUE FAZER?	COMO FAZER?
D) Mapear e conhecer os grupos de interesse	Identificar os atores sociais no problema entre representações, competências e perspectivas que podem informar sobre as realidades políticas, econômicas e possibilidades de implementação da opção política.	• Faça o mapeamento dos grupos de interesse: crie uma lista de pessoas, grupos ou organizações com interesse no tema de política (por exemplo, i. formuladores de políticas: cargos eleitos pelo povo, políticos, servidores públicos do governo federal, estadual e municipal e de diferentes departamentos; ii. gestores: de distritos ou regiões, instituições; iii. grupos da sociedade civil: grupos de usuários, associações, profissionais, organizações não governamentais; iv. pesquisadores: de instituições de pesquisa nacionais, universidades e outros países). • Faça o mapeamento do conhecimento prévio: tipos de experiência para o tema de política, pesquisadores de diferentes disciplinas, profissionais de saúde de distintas áreas e especialidades, servidores públicos e gestores de programas relevantes, profissionais e usuários com experiência prática, pessoas com experiência em processos de desenvolvimento de políticas. • Desenvolva uma matriz que inclua informações sobre o histórico dos participantes, biografias, produções, interesses, conhecimentos prévios, poderes, afiliações, entre outras variáveis que podem ser importantes. Isso pode ser útil para evitar tentativas de manipular discussões para certas conclusões pré-formuladas. • Explore e compreenda o poder e a competência dos atores sociais, incluindo seus valores, percepções e habilidades para influenciar a direção da política e antecipar comportamentos e a dinâmica durante o diálogo. • Assegure uma representação justa e equilibrada dos grupos-chave. • Identifique qualquer risco ou implicação de exclusão de determinados atores sociais. • Busque saber se os participantes possuem alguma limitação ou deficiência, a fim de assegurar a participação destes (por exemplo, impressão ou envio da síntese com fonte adequada para pessoas com baixa visão; disponibilizar sala de apoio à amamentação para lactantes; disponibilizar intérprete de libras para participantes com deficiência auditiva). • Selecione, aproximadamente, 20 participantes. O número ideal depende do contexto (cultura nacional e tradições), da quantidade de grupos de interesse relacionados com o tema, da natureza do tema de política e dos tipos de conhecimentos requeridos. Grupos maiores podem gerar dificuldades de coordenação e limitar as oportunidades para que todos possam participar efetivamente. Se for necessário um grupo maior, considere distribuir alguns participantes como observadores ou dividindo-os em grupos menores para as discussões.

ETAPAS	O QUE FAZER?	COMO FAZER?
D) Mapear e conhecer os grupos de interesse	Identificar os atores sociais no problema entre representações, competências e perspectivas que podem informar sobre as realidades políticas, econômicas e possibilidades de implementação da opção política.	• Elabore uma lista de espera para casos de recusas no decorrer do tempo. • Convide os participantes antecipadamente. No geral, cerca de 6 a 8 semanas antes do diálogo. • Monitore os convidados para garantir que todas as dúvidas e preocupações sejam atendidas. Sugere entrar em contato por telefone ou e-mail entre uma e quatro semanas antes do dia do diálogo. • Contribua para uma atmosfera amigável e cortês, sendo motivado e motivador, simpático e educado em cada contato.
E) Preparar e engajar os participantes	Prepare e engaje os participantes do diálogo sobre o que se espera da sua participação, assim como para antecipar quaisquer informações específicas antes da reunião.	• Informe aos participantes — inclusive relatores, intérpretes, facilitador e o presidente (se aplicável) — sobre suas funções e responsabilidades, a pessoa de contato em caso de problemas, cronograma e processos pertinentes durante o diálogo. • Prepare um convite formal e encaminhe um documento norteador em que a síntese e o objetivo sejam apresentados de forma clara e transparente. • Encaminhe aos participantes a síntese de evidências para informar políticas antecipadamente. No geral, sugere-se entre 15 e 30 dias antes do diálogo, a depender do nível de complexidade do tema abordado e do feedback desejado. Isso pode promover aos participantes um momento oportuno para sanar dúvidas antes do diálogo. • Gerencie as expectativas dos participantes quanto ao uso das informações fornecidas e geradas no diálogo. • Prepare crachás/identificações com nomes em letras grandes para estabelecer um ambiente informal (caso apropriado ao seu contexto). Observação: Relembrando os temas abordados na seção sobre os aspectos éticos envolvendo diálogos deliberativos: o TCLE e/ou termo de cessão de uso de imagem e voz devem ser enviados previamente pela equipe de organização, junto com a síntese de evidências para políticas. Caso as informações do diálogo tenham como objetivo publicações em periódicos científicos, por exemplo, é necessário consultar as normas nacionais de ética e pesquisa com seres humanos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ou à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). As leis nacionais de proteção de dados também devem ser seguidas (por exemplo, seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

ETAPAS	O QUE FAZER?	COMO FAZER?
F) Planejar a análise dos dados	Assegure que uma análise dos dados provenientes do diálogo para políticas será realizada, em concordância com o objetivo de realização do diálogo.	• Defina, previamente, o objetivo do diálogo e os tipos de desfechos que se espera encontrar com a análise. Essa é uma atividade indispensável antes de qualquer análise de dados. • Selecione pesquisadores especialistas em diferentes abordagens para analisar os dados obtidos com o diálogo (sugere-se pelo menos um pesquisador especialista em análise qualitativa, um em métodos quantitativos e um em métodos mistos para garantir uma pluralidade de abordagens sobre os dados, entretanto, as abordagens de pesquisa dependerão de quais tipos de desfechos espera-se encontrar). • Defina previamente como os resultados da análise podem apoiar a tomada de decisão ou como serão relatados (por exemplo, em sínteses realizadas por tomadores de decisão, é preciso definir quais critérios serão usados para manter ou modificar uma opção para enfrentamento do problema). • Converse com os pesquisadores e verifique como a transcrição dos dados deve ser feita e se existe a necessidade de gravação de áudio e vídeo. • Certifique-se de fazer um alinhamento entre quem encomendou a síntese, a equipe que elaborou a síntese, a equipe de relatoria e os pesquisadores que analisarão os dados. • Certifique-se de quais serão os equipamentos, instrumentos e ferramentas necessárias para análise (por exemplo, softwares de análises textuais). • Certifique-se de como os resultados serão disseminados e se existe a necessidade de submissão em um CEP.
G) Planejar a disseminação dos resultados	Assegure que o diálogo seja suficientemente documentado para que posteriormente os resultados sejam compartilhados com todos os participantes.	• Certifique-se de ter uma boa equipe de relatoria (no mínimo dois) que possa registrar as contribuições dos participantes. Além disso, assegure-se de que há relatores suficientes para fazer minutas detalhadas e notas de discussão e que estejam totalmente informados sobre quem está participando e falando. • Planeje a disseminação do relatório final, por exemplo, por meio de cartas, e-mails ou realização de workshops. O texto deve ser legível e compreensível para os leitores que não participaram do diálogo e acessíveis para pessoas com deficiência.

Fonte: elaborado a partir de *World Health Organization*, 2016b[10].

3.3 GUIA PARA O FACILITADOR

O facilitador desempenha um papel fundamental para o sucesso de um diálogo deliberativo. Ele deve, ao mesmo tempo, ser hábil, experiente e manter postura neutra, permitindo que o conhecimento tácito dos participantes emerja de forma explícita, equilibrada e colaborativa. Para isso, um processo estruturado precisa ser conduzido para estimular o entendimento comum, mas também a compreensão mútua e a abertura ao pensamento inovador no grupo de participantes. Portanto, a materialização dessas premissas e tarefas necessárias para organizar e conduzir um diálogo metodologicamente rigoroso, exige a inclusão da figura de um facilitador com perfil de competências adequado[10, 42].

3.3.1 PERFIL DE COMPETÊNCIAS DO FACILITADOR: CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES

O facilitador de um diálogo precisa adotar uma postura de isenção em relação aos participantes e ao grupo elaborador da síntese de evidências para informar políticas. Dessa pessoa é requerido muito conhecimento e habilidade, sobretudo para orientar e promover o diálogo de forma equilibrada, colaborativa e significativa para todos os participantes[10].

Atributos pessoais desejáveis devem ser considerados na escolha do facilitador do diálogo. Alguns podem ser reconhecidos como muito importantes, tais como a credibilidade e experiência reconhecida do facilitador, muitas vezes expressa no reconhecimento do seu profissionalismo ou reputação, que inclui a forma como a pessoa se comporta (por exemplo, formalidade, assertividade, autoconfiança e até mesmo a forma como se veste), ou ainda a capacidade de se expressar com transparência e confiança. Portanto, os atributos pessoais do facilitador são importantes e influenciam bastante o desempenho de suas funções no diálogo. Entretanto, esses atributos não são limitados ou taxativos e muitas vezes a relevância que cada um deles terá em contextos específicos pode variar, mas sempre é importante pensar sobre isso, considerando cada diálogo como um evento único, que pode requerer diferentes atributos[10].

Recomenda-se ao facilitador um perfil de competências que combine conhecimento, habilidades e atitudes específicas, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 — Conhecimentos, habilidades e atitudes desejáveis ao facilitador do diálogo

Conhecimentos	• Específicos teóricos e experiência prévia sobre métodos pedagógicos / de facilitação • Gerais sobre os sistema de saúde local, regional e nacional • Específicos sobre os arranjos do sistema de saúde em questão • Gerais sobre o tema que será discutido no diálogo • Gerais e específicos sobre Tradução do Conhecimento e Políticas Informadas por Evidências (PIE)
Habilidades	• Expressar-se com transparência e confiabilidade • Conduzir grupos heterogêneos de forma colaborativa • Identificar e manejar potenciais conflitos ao longo do diálogo • Estabelecer comunicação efetiva e eficiente com os participantes do diálogo • Manter o clima amigável e colaborativo durante o diálogo • Registrar e sintetizar, de forma equilibrada e abrangente, as principais ideias em cada sessão do diálogo
Atitudes	• Profissionalismo, formalidade e cordialidade • Assertividade e transparência na comunicação • Autoconfiança na condução do diálogo • Equilíbrio e isenção nas intervenções • Valorização das novas ideias • Incentivo à participação

Fonte: elaboração própria.

3.3.2 PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO PARA O DIÁLOGO

Recomenda-se que o facilitador alinhe aspectos gerais com os organizadores do diálogo, incluindo as decisões sobre quantidade e perfil dos participantes (ativos e observadores), local do encontro, assim como a decisão sobre ser presencial ou remoto, tempo de duração, formas de registro do diálogo, incluindo termos de cessão de uso de imagem e voz e TCLE, além de verificar o compromisso dos organizadores com a produção e validação da síntese do diálogo junto aos participantes[10].

A preparação do facilitador inclui a leitura e a releitura da síntese de evidências para informar políticas, a qual subsidiará o diálogo, mas não apenas isso. É necessário conectar da melhor forma possível os elementos da síntese de evidências com o contexto em que a discussão acontecerá. Para isso, reconhecer os elementos contextuais mencionados antes é essencial, mas é preciso considerar também que nem todos terão a mesma relevância para o problema abordado na síntese de evidências para informar políticas e, consequentemente, para o diálogo deliberativo[10].

A leitura da síntese de evidências para informar políticas deve ser aprofundada para dar ao facilitador o conhecimento prévio não apenas sobre seus tópicos, conteúdos e layout, indispensáveis ao seu bom desempenho, mas também para possibilitar ao facilitador uma pesquisa da linguagem técnica relacionada e até mesmo sobre elementos locais que podem ser relevantes para a discussão, tal como notícias dos meios de comunicação locais, que ajudarão o facilitador a construir uma perspectiva consistente sobre a temática e sobre as discussões do diálogo. Tomar notas sobre a síntese e sobre os elementos complementares pesquisados pode ser de grande relevância para a sistematização mental e preparação do facilitador[10].

A partir da sistematização prévia desses elementos, o facilitador também pode preparar mensagens disparadoras que ajudarão nos momentos de iniciar o diálogo, mas também quando a discussão tomar uma direção diferente dos objetivos desejados, ou ainda quando o seu ritmo das intervenções parecer que perdeu a dinâmica ideal, seja porque a discussão se tornou técnica demais, seja porque se direcionou para uma linguagem própria de um grupo específico e acabou dispersando alguns participantes. As mensagens disparadoras podem incluir pequenas histórias, referências e exemplos que servirão para ilustrar ou fortalecer fatos e ideias dessas mensagens[10].

Muitas vezes pode ser útil ter um co-facilitador, dividindo as funções, que pode agregar conhecimentos específicos sobre o contexto ou possuir habilidades específicas, podendo também ser um membro da equipe que desenvolveu a síntese de evidências. Se a opção de co-facilitação for adotada, toda a preparação para o diálogo precisará ser compartilhada entre os facilitadores, para garantir o melhor alinhamento possível entre eles[10]. O Apêndice II poderá guiar as atividades essenciais do facilitador.

3.3.3 A FACILITAÇÃO DO DIÁLOGO

A preparação para o diálogo é essencial para o desempenho da função, mas providências adicionais podem ajudar, como levar uma lista das etapas que precisam ser realizadas, contendo uma breve descrição do que fazer e do tempo a ser dedicado para isso. Essa lista ajudará o facilitador a seguir a agenda planejada, além de lembrá-lo de captar pontos relevantes na facilitação, bem como da necessidade de manter a melhor interação possível com os participantes[10].

Apresentamos a seguir alguns aspectos-chave que podem fazer parte da lista de lembretes para o facilitador do diálogo[10].

1. Não esqueça de dar boas-vindas e de apresentar os participantes ou pedir que se apresentem brevemente. Informe qual será o seu papel, suas responsabilidades e pergunte se todos concordam.
2. Faça uma introdução breve e objetiva sobre o tópico abordado na síntese e no diálogo, isso será muito importante para colocar os participantes no contexto da discussão e assegurar que eles tenham uma boa compreensão sobre os limites do diálogo e sobre a importância do seu envolvimento na discussão.
3. Apresente de forma objetiva e explícita quais são os objetivos e as expectativas do diálogo e escute e esclareça as dúvidas dos participantes sobre isso.
4. Apresente de forma objetiva as regras do diálogo, logo no início, como tempo de fala e tempo do diálogo, e esclareça quaisquer dúvidas dos participantes. A regra de *Chatham House*, por exemplo, costuma requerer mais informações, já a regra de distribuição do tempo de forma equitativa costuma requerer mais compromisso dos participantes.
5. Reafirme os objetivos do diálogo, que muitas vezes não é obter o consenso dos participantes sobre nenhum elemento da síntese ou mesmo tomar uma decisão definitiva sobre nenhum aspecto do problema prioritário abordado. A ausência de uma pressão sobre uma decisão a ser tomada ou sobre quem tem mais razão é um fator-chave para o sucesso da estratégia colaborativa do diálogo, em que se estabelece a predisposição dos participantes para ouvir e compreender pontos de vista, experiências e opiniões diferentes das suas, com respeito. Tomadores de decisão que participam do diálogo não devem se sentir pressionados a oferecer uma solução imediata para o problema abordado, mas compreender esta como uma oportunidade de perceber que terão acesso a uma série de informações de contexto e sobre as perspectivas dos interessados, que serão subsídios valiosos para uma deliberação futura sobre o problema abordado.
6. Favoreça sua interação com os participantes e entre eles, contribuindo e promovendo um ambiente amigável e civilizado durante o diálogo.
7. Adote uma postura motivada e motivadora, mas assuma e demonstre postura de neutralidade sobre as intervenções, para ajudar que os participantes se sintam o mais à vontade possível para expressar suas opiniões e desenvolver ideias. Isso quer dizer que você pode incentivar a criatividade dos participantes, mas deve evitar influenciar a discussão, concordando ou discordando de maneira expressa com algum ponto de vista, ou "penalizando" de alguma forma alguém que tenha opinião diferente da sua ou entre os participantes.

8. O envolvimento dos participantes é um resultado direto da sua atuação, combinada com o ambiente do diálogo e com a predisposição individual para se expressar. Para garantir que esses elementos atuem a favor de mais participação, o facilitador pode impulsionar a participação com algumas condutas sutis, como fazer contato visual com todos e chamar as pessoas pelo nome. Faça com que os participantes se sintam confortáveis, confiantes e incentive-os a contribuir para as discussões, inclusive dar oportunidade de fala àqueles que não se manifestarem.

9. Escute atentamente o que os participantes têm a dizer, tomando notas, se necessário, mas fique atento também quando for necessário mover-se de um tema para outro, para, por exemplo, contornar um potencial conflito entre participantes, ou quando houver a sensação de que um tópico muito importante foi ou não discutido porque pode ser considerado desconfortável para alguns dos participantes.

10. Estabeleça colaboração produtiva durante o diálogo, pedindo esclarecimentos ou exemplos e identificando diferenças de opinião. Da mesma forma, se uma afirmação parecer ambígua, peça que seja mais elaborada ou apresente uma nova formulação e confirme se seu entendimento está de acordo com o que o participante queria expressar. Sua função como facilitador inclui obter o máximo de informações sobre os diferentes pontos de vista dos participantes, então também é importante identificar perspectivas que confluem ou divergem.

11. Incentive a informalidade para que os participantes se expressem de forma simples e pessoal, favorecendo o entendimento mútuo entre os participantes. Muitas vezes o grupo pode incluir pessoas com altos níveis de assimetria de informação técnica, por exemplo. Nesse caso, a comunicação pode ser mais fluida se a linguagem se tornar mais acessível a todos.

12. Na finalização do diálogo, reitere os objetivos e esclareça onde o grupo chegou em termos de entendimento comum sobre o que foi discutido. Da mesma forma, incentive que os participantes se expressem sobre potenciais próximas etapas e contribuições dos participantes para que o problema seja abordado, ou seja, o que acontecerá após o diálogo.

13. Por fim, mantenha a calma. O facilitador é uma bússola para os participantes e muitas vezes sua postura diante de dificuldades no desenvolvimento do diálogo determinará se essas dificuldades serão contornadas ou se levarão a mais dificuldades para o alcance dos objetivos planejados.

3.3.4 OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Além de todos os aspectos de condução da facilitação mencionados anteriormente, outras providências práticas também podem ajudar no sucesso do diálogo. O facilitador deve participar ativamente e contribuir com a elaboração do relatório da atividade. Para isso é preciso que tudo esteja bem documentado, se possível com gravação em vídeo ou áudio, para apoiar posteriormente o desenvolvimento do relatório. Por fim, o facilitador deve interagir com o relator, previamente e depois do diálogo, o qual pode ser uma ou mais de uma pessoa responsável pela elaboração do relatório[10].

3.3.5 DESAFIOS FREQUENTES PARA A FACILITAÇÃO

Alguns desafios frequentes podem se apresentar para o facilitador de um diálogo, dentre os quais: a baixa participação (por exemplo, alguns participantes parecem retraídos e não se manifestam), desequilíbrio na representação dos grupos interessados (por exemplo, a sala está cheia de pesquisadores e a sociedade civil tem apenas um representante) ou, ainda, a falta de participantes técnicos ao diálogo (por exemplo, você esperava o Ministro da Saúde, mas ele desmarcou na última hora)[10].

Para cada um desses desafios imediatos, é possível adotar medidas para resolver ou minimizar o impacto sobre o desenvolvimento do diálogo e alcançar o sucesso da facilitação. Veja a seguir alguns exemplos de providências que podem ser tomadas pelo facilitador, conforme sugeridas pela OMS[10].

- Se alguns participantes parecem retraídos ou mantêm-se calados ao longo do diálogo, que deve ter características comunicativas e que favoreçam a interação, é importante identificar rapidamente essa situação, para garantir que não se consolide. Muitas vezes, pode ser suficiente chamar o participante a manifestar-se e reforçar a importância da sua opinião para o diálogo, mas outras vezes pode ser necessário reiterar esse chamado e estabelecer conexões entre as ideias dos outros participantes e as potenciais contribuições que aquele participante retraído poderia dar para a temática.

- Alguns grupos estão mais representados do que outros e isso causa desequilíbrio nas discussões. Muitas vezes, a seleção do grupo não fez o trabalho completo para garantir que todos os grupos interessados estivessem representados de forma equilibrada e justa no diálogo. Isso deve ser evitado na etapa de planejamento, mas, se ainda assim acontece, o facilitador poderá explicar isso para os participantes e incentivar que o grupo sobrerrepresentado adote uma postura mais receptiva aos grupos menospresentes, por exemplo, usando o tempo de forma mais racional.

- Os participantes não receberam ou não leram a síntese de evidências completa. Isso deve ser prevenido na etapa de preparação do diálogo, com a verificação do envio prévio da síntese e ênfase sobre a necessidade de leitura pelos participantes. Se o facilitador perceber que os participantes não se apropriaram de forma suficiente do conteúdo da síntese, pode ser necessário usar mais tempo do que o normal na exposição e explicação da síntese de evidências.

- Quando alguns participantes monopolizam a fala e dominam as deliberações, é importante que o facilitador retome as regras do diálogo, para enfatizar que todos os participantes têm igual direito de falar. Muitas vezes pode ser suficiente ressaltar que é mais importante escutar um ao outro, em vez de falar sozinho no diálogo.Às vezes, um participante interrompe os outros reiteradamente, mesmo sem pedir a palavra. Nesse caso, o facilitador pode conceder um momento para que ele conclua sua intervenção, mas a seguir deve enfatizar que o tempo é um recurso valioso no diálogo e que é importante que todos tenham a oportunidade de contribuir de forma equitativa. Usar um cronômetro para monitorar o tempo de cada intervenção pode ser útil, especialmente se este temporizador estiver visível para todos.

- Um participante assume postura conflituosa e insulta o facilitador, outro participante ou manifesta-se em detração ao próprio diálogo (por exemplo, argumenta que a síntese de evidências para informar políticas não é confiável ou foi 'malfeita', ou que o diálogo é 'perda de tempo'). O facilitador deve estar preparado para solicitar ao participante que reflita sobre as razões da sua opinião e que os outros participantes podem ter uma perspectiva diferente, sendo importante que todos estejam abertos a ouvir opiniões discordantes, mas espera-se que sejam coerentes e se possível fundamentadas.

- Muitas vezes, podem acontecer altos e baixos emocionais, levando ao desgaste dos participantes ou até mesmo à exacerbação de alguns participantes e estresse generalizado. No caso de perda do controle, o facilitador deve tentar acalmar as pessoas e lembrar que o objetivo do diálogo não é reforçar o antagonismo, mas, sim,

favorecer a colaboração, naquilo que for possível Às vezes, um intervalo para um café, pode ajudar a colocar os ânimos novamente disponíveis para continuar a interação de forma colaborativa. Assim, se as discussões se tornarem agressivas, o facilitador não deve se envolver no mérito da discussão, em vez disso, deve intervir imediatamente e convocar os participantes a retornarem aos objetivos do diálogo e reforçar as regras sobre amistosidade e civilidade na sua condução.

- A síntese de evidências para informar políticas pode ter falhado em focar e descrever o problema, e o diálogo deliberativo torna isso explícito e reconhecido por todos os participantes. Um dos objetivos possíveis do diálogo deliberativo é validar, em face de um contexto específico, a descrição do problema prioritário. Ainda que haja lacunas importantes nessa seção da síntese, as opções ainda podem ser viáveis, ou pode ser possível que o facilitador considere adequado deixar que o diálogo siga uma direção diferente do que foi apresentado na síntese de evidências.

Uma boa facilitação, que agregue os conhecimentos, as habilidades e os atributos necessários, é formada ao longo de algum tempo em um processo de melhoria contínua. Participar do planejamento, da organização, da realização e da elaboração do relatório de outros diálogos pode ser um ótimo caminho para aprender como conduzir a facilitação. Também é importante explorar e desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre processos deliberativos e sobre métodos e técnicas de facilitação de reuniões. Conversar com outros facilitadores, trocar experiências e informações sobre facilitação, é uma dica importante, assim como estar sempre aberto aos conselhos de facilitadores mais experientes.

ASSISTA AO VÍDEO

Sobre a experiência de facilitar um diálogo deliberativo com a fala de Luciane Cruz Lopes - Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e dos processos tecnológicos e ambientais da Universidade de Sorocaba e Líder do Núcleo de Evidências – SERIEMA.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

3.4 GUIA PARA OS PARTICIPANTES

Você foi convidado para um diálogo deliberativo e talvez ainda tenha algumas dúvidas. Neste guia, tentaremos responder às principais questões que surgem ao receber esse convite, tais como: Por quê fui convidado? Como devo me preparar? Como devo participar? O que se espera da minha participação?

O Apêndice III poderá auxiliar os participantes nas atividades a serem realizadas durante um diálogo. Não esqueça que a equipe de organização do diálogo está sempre à disposição para orientar você.

Por que fui convidado para um diálogo deliberativo?

A diversidade é palavra-chave na realização dos diálogos deliberativos. Isso significa que a equipe que organiza o diálogo faz um mapeamento abrangente dos atores sociais no tema para garantir que todas as perspectivas e interesses estejam representados[5,39,43-44].

Você está sendo convidado por representar um ponto de vista importante, seja por causa da sua vivência pessoal, seja por causa da sua atuação em alguma organização ou algum coletivo. Assim, não tenha medo de falar! Seu ponto de vista será valorizado e, mesmo que você pense diferente de alguém que esteja no diálogo, são essas diferenças que fortalecem as soluções disponíveis para enfrentar um problema.

Você deve lembrar que se trata de uma reunião com poucos participantes, em que a equipe de organização busca um equilíbrio entre representantes de diferentes setores. Desse modo, a depender do tema a ser apreciado, é possível que sejam convidadas pessoas que atuam no governo, em universidades, empresas, coletivos, organizações da sociedade civil, conselhos ou associações de cidadãos, entidades profissionais ou grupos de trabalhadores, bem como estudantes ou usuários de serviços de saúde[6,39].

É importante que pelo menos uma pessoa atue nesses setores essenciais ao tema já que a falta de algum ator social considerado importante pode gerar dúvidas sobre a efetividade e credibilidade do diálogo[6,45].

Fui convidado para o diálogo deliberativo, quem ou que organização estou representando?

Em geral, o seu convite deixará explícito o motivo pelo qual você foi convidado, incluindo qual organização ou setor da comunidade você representa. A equipe organizadora do diálogo pode enviar um convite para a organização para que ela própria indique uma pessoa para participar. Ou você pode ser convidado por sua experiência pessoal, como pesquisador, gestor, trabalhador ou usuário de uma política.

No diálogo deliberativo, interessam tanto os conhecimentos acumulados sobre determinado tema quanto os valores e as crenças de atores-chave e informações sobre o contexto local. Lembre-se: toda pessoa tem um saber próprio que deve ser respeitado, e todos os saberes têm valor em um diálogo deliberativo[9].

Como devo me preparar para o diálogo deliberativo?

Ao aceitar o convite para participar de um diálogo deliberativo você receberá com antecedência o documento com o tema que será abordado e a programação do encontro. Em geral, o documento é uma síntese de evidências para políticas, contendo uma explanação sobre o problema de alta prioridade, as possíveis opções para lidar com o problema (obtidas a partir de buscas na literatura global), considerações sobre a implementação dessas opções (barreiras e facilitadores em diferentes níveis do sistema) e sobre equidade ao implementar essas opções (a fim de não aumentar as desigualdades).

Leia a síntese de evidências e registre seus comentários: você pode ler primeiro o sumário executivo da síntese e anotar suas dúvidas. Em seguida, leia o material completo (mais de uma vez, se necessário) e veja se todas as informações são compreensíveis. Não hesite em escrever para a equipe organizadora antes do diálogo, a fim de tirar dúvidas, já que, no dia, espera-se que todos os participantes cheguem com suas dúvidas sanadas e prontas para a dinâmica do diálogo.

Preencha e assine qualquer material prévio enviado pela equipe organizadora do diálogo: é comum que sejam enviados TCLE e/ou termos de cessão de imagem e voz, os quais devem ser preenchidos anteriormente, em especial no caso de o diálogo ser realizado de forma virtual. Além disso, algumas equipes preparam fichas de avaliação da síntese de evidências e coletam comentários e sugestões prévias — é muito importante enviar suas observações anteriormente, para que a equipe possa adaptar a apresentação inicial do material.

Envie qualquer sugestão de redação ou adequação de metodologia por e-mail, de forma privada, à equipe organizadora: no diálogo em si, o foco não será em eventuais correções ao texto, mas uma conversa livre sobre o conteúdo e como ele se relaciona com a realidade local.

Fique atento ao seu e-mail: em geral, atualizações sobre o diálogo são enviadas por e-mail. Responda às demandas da equipe organizadora assim que possível, de modo a facilitar a logística do diálogo.

Informe a equipe, o quanto antes, caso você tenha demandas de apoio assistencial para participar do diálogo (por exemplo, tecnologias assistivas, recursos para transporte, necessidade de conexão estável de internet, entre outros).

Se você estiver representando uma organização ou um coletivo, faça uma reunião prévia ou alguma consulta por e-mail ou formulário virtual com seus colegas, de modo a apresentar os principais achados da síntese de evidências e levantar o maior número de opiniões sobre o assunto. Faça uma síntese dessas informações para levar com você no dia do diálogo deliberativo.

Reflita sobre a forma mais respeitosa de colocar suas opiniões: em um diálogo, às vezes, encontramos pessoas ou organizações que defendem pontos de vista muito distintos dos nossos. Essa é uma das grandes riquezas do diálogo, mas precisa ser nutrida com o cuidado de todos. Quando estiver se preparando para o diálogo, tente refletir sobre quais aspectos do tema a ser abordado são pontos de possível tensão e como você se sente sobre eles. Treine a forma como você gostaria de se posicionar sobre o assunto, lembrando que cada participante do diálogo carrega consigo a possibilidade de fortalecer a interação com os demais.

Como vai funcionar o diálogo deliberativo?

Logo no início, a equipe organizadora pedirá que você entregue qualquer material necessário, seja a avaliação sobre a síntese, o TCLE e/ou um termo de cessão de uso de imagem e voz. É essencial que você assine essas autorizações antes de começar o diálogo.

Se o diálogo for presencial, você encontrará a sala já organizada com mesas e plaquinhas com os nomes das pessoas participantes. Se for virtual, é importante entrar com alguns minutos de antecedência para testar seu microfone e sua câmera.

Os formatos de diálogos podem variar, mas, em geral, iniciam com uma apresentação

geral dos participantes e da equipe organizadora, seguida por uma apresentação em slides com a programação e as regras do diálogo. Em seguida, é comum que a pessoa que esteve engajada na escrita da síntese apresente os principais tópicos, para que todas as pessoas presentes refresquem a memória e estejam alinhadas. Esse é o momento de tirar quaisquer dúvidas!

Em seguida, o facilitador abre a fala, respeitando o tempo acordado, para os participantes se posicionarem em relação a cada um dos tópicos identificados pela síntese. Cada tópico será dialogado pelo tempo que for combinado na programação e também entre os participantes. Normalmente cada tópico é abordado durante cerca de 1 hora, no formato presencial. No formato virtual, a duração costuma ser mais curta, a fim de otimizar o tempo.

Ao final, alguns diálogos propõem um momento de encaminhamentos ou recomendações. O facilitador, então, informa os participantes sobre os próximos passos e solicita que cada pessoa preencha sua avaliação do diálogo. A avaliação pode estar disponível imediatamente após o diálogo, mas, às vezes, é enviada alguns dias depois. De toda forma, lembre-se de que preenchê-la é de suma importância!

Também é comum que participantes sejam convidados a gravar pequenos vídeos ou áudios, contando sobre sua experiência e que mudança de visão foi provocada pelo diálogo, mas você é livre para escolher se deseja gravar ou não. Um registro de foto do grupo é sempre proposto para fins de memória.

O que se espera da minha participação (durante e após o diálogo deliberativo)?

Compareça motivado para a escuta e o engajamento: leve os pontos-chave que você gostaria de comentar anotados ou gravados, e escute com atenção a fala dos demais participantes para adaptar seus comentários ao que já foi dito e evitar repetições. Lembre-se: sua participação ativa e suas considerações são muito relevantes para que os objetivos traçados sejam alcançados[40].

Traga novos dados, evidências, opiniões, valores e recomendações: o diálogo é um momento-chave para incluir informações que a síntese de evidências ainda não considerou. Tente orientar suas contribuições pensando em aproximar o máximo possível aquilo que está escrito da sua realidade local, facilitando, assim, a implementação de soluções no futuro.

Seja consciente do lugar que você ocupa em um diálogo: isso significa que, se você é um pesquisador, provavelmente você tem maior familiaridade com termos técnicos e científicos, mas, se utilizá-los, talvez representantes da sociedade civil não consigam compreender. Se você ocupa um cargo alto na gestão e tem poder de decisão sobre os rumos de determinada política, alguns participantes podem se sentir intimidados por sua presença, então fique atento à forma como as demais pessoas se posicionam quando você fala, e exercite a escuta. Tente adequar sua linguagem e utilizar exemplos concretos para que todos possam compreender o que você está dizendo.

Seja respeitoso! É inaceitável, em um diálogo, qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. Evite adotar uma postura de acusação e não se comunique de forma irônica. Reflita antes de se expressar, lembrando que não temos controle sobre como as pessoas vão escutar aquilo que estamos dizendo. Tenha empatia com os demais participantes e não interrompa a fala de outra pessoa durante o diálogo. Além disso, evite fomentar uma postura de polarização político-partidária.

Tente se comunicar de forma não violenta: a comunicação não violenta se fundamenta em processos de parceria, cooperação e empatia, e, para que seja eficaz, devemos estar atentos a nossa fala, nossos gestos e nossas expressões.

Seja breve em seus momentos de fala: cada pessoa terá poucos minutos para falar a cada rodada de participação, então é essencial que todos observem o tempo de fala combinado. Dependendo do tema, algumas pessoas se sentirão mais à vontade para compartilhar. Se esse for seu caso, faça sua primeira contribuição dentro do tempo combinado e volte a pedir a palavra após todas as outras pessoas participarem da rodada.

Após o diálogo: você tem uma função muito importante, que é a de multiplicar o conhecimento produzido na interação com os demais participantes. Leve as principais conclusões do diálogo para as próximas reuniões que participar, ajude a equipe organizadora a circular o material de divulgação, relembre eventuais responsabilidades assumidas e mobilize sua rede para cumpri-las.[36] **Não se esqueça, porém, de que os diálogos operam nas Regras de *Chatham House*, ou seja, você pode partilhar tudo o que foi dito, mas não pode identificar quem disse, nem qual organização essa pessoa representava.** As equipes organizadoras podem solicitar que você preencha um formulário de avaliação do diálogo, a fim de promover o aprimoramento de futuros encontros.

Boa convivência nos diálogos deliberativos

Alguns acordos podem tornar a participação no diálogo ainda mais proveitosa. Veja abaixo algumas dicas propostas pela The Sure Collaboration (2011)[9]:

- **Esteja presente:** desligue seu celular, evite sair da sala antes dos intervalos e não teça comentários com seus colegas enquanto outras pessoas estiverem falando. Se o diálogo for virtual, mantenha sua câmera ligada e seu microfone desligado, não use o chat (exceto quando solicitado) e não acesse outros sites enquanto o diálogo estiver acontecendo.
- **Levante a mão:** em alguns diálogos, a equipe organizadora propõe uma ordem de fala. Porém, também é comum que os participantes possam falar conforme se sentirem à vontade. Nesse caso, levante sua mão e peça a inscrição — você pode voltar e comentar um assunto que já foi falado quando chegar a sua vez.
- **Monitore suas reações:** o diálogo é um momento de construção coletiva de saberes. Assim, mesmo que alguma pessoa fale algo que você não gostou, evite comentários ou expressões de desaprovação. Busque não alterar seu tom de voz e mantenha-se atento caso algum comentário te deixar ansioso, triste ou nervoso.
- **Evite manifestações preconceituosas:** os facilitadores são os responsáveis por mediar eventuais conflitos, então confie que qualquer manifestação de preconceito será devidamente coibida.
- **Evite desconfortos:** caso algum tópico seja muito sensível para você e cause desconforto, levante a mão, peça o apoio de um facilitador e saiba que você poderá se retirar a qualquer momento do diálogo. Seu bem-estar está sempre em primeiro lugar.
- **Não caia na tentação de responder diretamente a fala de outro participante:** contrapontos são necessários e bem-vindos, mas pode ser frustrante para os demais participantes caso muito tempo do diálogo seja destinado a duas ou mais pessoas que criam um "embate" entre si. Caso seja muito relevante, você pode utilizar a fala de outro participante como exemplo, mas tente construir seus argumentos de forma mais propositiva e menos reativa aos demais participantes.

O quadro a seguir ilustra as atividades envolvidas em um diálogo deliberativo.

Quadro 4 — Participando de um diálogo deliberativo

Participantes	• Representantes de usuários, associações de pacientes, controle social, conselhos de saúde, ONGs • Profissionais de saúde, representantes de conselhos de classe • Pesquisadores e especialistas • Tomadores de decisão, formuladores de políticas, gestores de diversas instâncias governamentais
O que se espera dos participantes	• Engajamento nas atividades do diálogo • Preparação para a reunião • Respeito às regras da reunião • Escuta, cordialidade e respeito aos demais participantes • Diversidade
Atividades necessárias antes do diálogo	• Leitura da síntese de evidências completa para informar políticas ou de quaisquer outros documentos enviados para preparação para o diálogo • Articulação com a sua organização, o seu coletivo ou os seus pares para levantar opiniões e dados relevantes ao diálogo • Anotação de sugestões e comentários para melhoria dos documentos apresentados • Respostas rápidas às demandas dos coordenadores do diálogo deliberativo: mensagens, e-mails e formulários prévios ao diálogo • Indicação de quaisquer dúvidas • Antecipação ao informar os coordenadores do diálogo sobre quaisquer problemas relacionados à sua participação na reunião, sejam problemas de agenda que impeça sua participação, sejam conflitos de interesse
Atividades durante o diálogo	• Engajamento e participação no diálogo • Cumprimento das regras estabelecidas no início da reunião • Indicação de quaisquer dúvidas que possa ter sobre a dinâmica da atividade • Escuta das considerações dos outros atores sociais participantes do diálogo

Quadro 4 — Participando de um diálogo deliberativo

Atividades após o diálogo	• Envio de sugestões e comentários sobre os documentos para os organizadores do diálogo • Respostas rápidas às demandas dos coordenadores do diálogo deliberativo: mensagens, e-mails e formulários de avaliação do diálogo • Participação na validação dos resultados do diálogo, com leitura e sugestões sobre o relatório, quando for solicitado • Compromisso de informar os coordenadores sobre propostas de implementação de políticas, programas ou estratégias relacionadas ao diálogo • Participação nos processos de avaliação e monitoramento das ações implementadas
Atividades para disseminação dos resultados	• Multiplicação do conteúdo do diálogo e da síntese junto a sua organização, seu coletivo ou seus pares • Respeito à regra de *Chatham House*: você pode partilhar tudo o que foi dito, mas não pode identificar quem disse, nem qual organização essa pessoa representava • Divulgação de vídeos, relatórios, sumários e outros materiais preparados pela equipe organizadora do diálogo • Convocação de grupos de trabalho, grupos de estudos, comitês ou outras instâncias para refletir e encaminhar ações a partir do diálogo • Apoio no monitoramento e em novas pesquisas sobre as ações desenvolvidas a partir do diálogo

Fonte: elaboração própria.

ASSISTA AO VÍDEO

Sobre a experiência de participar de um diálogo deliberativo com a Emiliana Gaiotto, coordenadora do curso de enfermagem da Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara de Tatuí.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

4. ANÁLISE DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS

O Diálogo usa uma abordagem coletiva para considerar as evidências científicas como um terreno comum, em que diferentes pontos de vista, vivências, opiniões e interesses poderão se articular de forma colaborativa, sem necessariamente entrarem em rota de colisão e produzir conflitos. Isso porque espera-se que o diálogo tenha sido facilitado guardando as características de um diálogo (por exemplo, expansão respeitosa e democrática de perspectivas e de trabalho em grupo) e não com as de um debate (por exemplo, discussão voltada para combater perspectivas diferentes). Assim, a análise e interpretação dos dados criados no diálogo pode ser considerada como um processo de co-criação que envolve a captação e interpretação das diferentes perspectivas sobre a evidência, considerando também o conhecimento tácito dos participantes, para enriquecer os elementos apresentados na síntese de evidências e, assim, ampliar a compreensão sobre a aplicabilidade das opções no território real onde o problema existe[39,42,46].

A análise de dados do diálogo é um processo cíclico de produção e síntese, com mais dados sendo gerados pelas manifestações feitas durante o diálogo, por exemplo, seguindo-se de nova síntese para incluir esses elementos identificados. Assim, é importante que a leitura dos dados produzidos no diálogo respeite a necessidade de aprofundar, em etapas, esse conteúdo eminentemente qualitativo. Diferentes estratégias analíticas podem ser usadas para categorizar, codificar e conectar os dados de um diálogo, mas o processo de síntese deve buscar uma abordagem interpretativa, sempre que possível, evitando a mera descrição das manifestações dos participantes[47].

Acredita-se que não existe uma análise melhor ou pior, o importante é que o pesquisador conheça as várias formas de análise existentes na abordagem qualitativa. O conhecimento sobre suas diferenças permitirá uma escolha consciente do tipo de análise que irá empregar nos dados coletados do diálogo.[47] Por isso sugerimos contar com alguém com expertise em métodos qualitativos, para que a síntese do diálogo não seja exclusivamente descritiva, uma vez que se espera a inclusão de uma abordagem interpretativa, para alcançar maior profundidade de análise dos aportes e das deliberações tomadas, seus significados e motivações.

4.1 MÉTODOS DE ANÁLISE DO DIÁLOGO

Após a realização do diálogo, em que todas as participações dos atores sociais foram documentadas, por meio de gravação, escrita ou outro método, é preciso analisar essas informações. As análises não podem demorar meses ou anos, como pode acontecer em análises qualitativas de pesquisas científicas. Recomenda-se que a análise seja realizada em um período de até 15 dias.

E por que é importante analisar os dados do diálogo?
Como fazer essas análises em um curto espaço de tempo?

OUÇA O PODCAST

Sobre a importância da análise dos dados de um diálogo deliberativo com a fala Cassia Baldini Soares, professora aposentada da Escola da Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ouvir Podcast

Apresentamos agora, de forma breve, algumas formas como podem ser analisados os dados dos diálogos deliberativos.

4.1.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. É a mais usual abordagem analítica de dados em investigação com métodos qualitativos, e é baseada na contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens[48].

Trata-se de uma técnica que busca a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. A análise de conteúdo está para a pesquisa qualitativa, assim como a estatística está para a pesquisa quantitativa.

As categorias construídas pela análise de conteúdo são achados, cabendo ao pesquisador fazer a discussão/interpretação dos resultados. A escolha por esse método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e dos pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas[49].

4.1.2 ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso tem como objetivo básico fazer uma reflexão geral sobre os significados dos dados produzidos nos mais diferentes cenários, de modo a compreender seu funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção de seus sentidos. Diferentemente da análise de conteúdo, a análise do discurso procura entender o sentido dado pelo sujeito às palavras e não a seu conteúdo transparente e simples. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a linguagem está condicionada pelas estruturas macrossociais e, ao mesmo tempo, esta condiciona tais estruturas, ou seja, o discurso[47].

Na análise de discurso visa-se conhecer as construções ideológicas do texto, ou seja, quais ideologias estão por trás das falas dos interlocutores[47].

4.1.3 ANÁLISE TEMÁTICA

A análise temática é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas), colaborando para a interpretação dos dados[50], em que duas abordagens podem ser utilizadas:

1) Abordagem dedutiva ou teórica: parte-se de um conjunto de categorias bem definidas e preestabelecidas. Nesta abordagem, é preciso já ter claros os temas que serão a base de análise, e, ao ler os dados do diálogo, estes serão analisados a partir dos temas preestabelecidos.

2) Abordagem indutiva e baseada nos dados: parte-se de poucas categorias ou temas preestabelecidos. Nesta abordagem, pode ser lido e analisado o material já tendo previamente as categorias ou temas, podendo ser incluídas outras categorias, a partir dos dados em análise.

Lembre-se de que o registro de ideias, rascunhos, notas e esquemas são valorizados para procurar, nos dados, por padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa[50].

Veja, no Quadro 4, três formas de análises qualitativas de diálogos deliberativos de experiências dos autores referenciados. Observe que não existe um padrão único de análise e que cada experiência está de acordo com a disponibilidade de recursos locais.

Quadro 5 — Exemplos de análises qualitativas de diálogos deliberativos

REFERÊNCIAS	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
Acosta, Oelke, Lima (2017)[40]	1. Transcrição de todos os materiais obtidos no diálogo (notas tomadas pelos observadores, registros de álbuns seriados, áudios etc.). 2. Três leituras dos dados: a primeira para ter um escopo geral dos dados; na segunda e na terceira, estratégias analíticas são usadas para categorizar, codificar e conectar dados. 3. Notas interpretativas podem ser produzidas.

Quadro 5 — Exemplos de análises qualitativas de diálogos deliberativos (continuação)

Mulvale, McRae, Milicic (2017)[51]	1. Leitura para entendimento geral do material. 2. Leitura para levantamento de temas. 3. Aplicação da análise temática. 4. Revisão de todos os dados para obter uma impressão geral dos resultados. 5. Um subconjunto de transcrições deve ser completamente revisado por dois pesquisadores para revelar temas comuns. 6. Identificação da concordância entre codificadores. 7. Os membros da equipe registram os dados usando as categorias do modelo previamente definidas para refletir as declarações dos informantes sobre fatores contextuais que poderiam moldar a implementação das opções discutidas nos diálogos. 8. Síntese dos temas para desenvolver uma estrutura conceitual.
Evans-Agnew et al. (2016)[52]	1. Identificação dos discursos presentes nos dados. 2. Análise descritiva de como palavras ou frases são usadas nesses discursos. 3. Análise dos papéis dos atores e a maneira pela qual eles introduzem, avançam ou minimizam tópicos específicos dentro desses discursos.

Fonte: elaboração própria.

Assim, reforçamos alguns pontos:

- Veja a disponibilidade de programas (softwares) gratuitos para transcrição das falas dos participantes para te ajudar na análise. Lembre-se de respeitar a confidencialidade dos dados e da identificação dos participantes, de acordo com o estabelecido nas regras do diálogo.
- Busque parcerias que possam auxiliar o processo de análise dos dados em tempo oportuno, de até 15 dias, para a finalização dessa etapa, em conjunto com a síntese do diálogo. Utilize os recursos disponíveis, para, ao mesmo tempo, analisar os dados e não paralisar o processo.
- Na análise qualitativa, busque os sentidos e os significados das falas dos participantes. Não é necessário ou obrigatório quantificar os achados, por exemplo, quantas vezes uma categoria ou tema foi citado no diálogo deliberativo.

5. SÍNTESE DOS DIÁLOGOS DELIBERATIVOS

Após a realização do diálogo deliberativo, é necessário preparar e circular entre os participantes a primeira versão do relatório o mais rapidamente possível, em até duas semanas. A síntese do diálogo deve incluir todos os aspectos-chave sobre pontos de vista, opiniões e deliberações relevantes para o problema abordado e também deve ser compreensível para qualquer leitor que não tenha participado da atividade[10].

A finalidade da síntese do diálogo fundamenta-se em três premissas, a saber: garantir a sistematização do processo e a validação dos sentidos e significados expressos pelos participantes; manter na agenda pública o problema foco da síntese de evidência e do diálogo; e garantir retorno à sociedade como um todo e, em especial, ao investimento de tempo de todos envolvidos[10].

É importante que os participantes sintam que foram ouvidos e que sua contribuição enriqueceu o diálogo, além de se sentirem incentivados a participar de outros encontros e a promover esse tipo de atividade no setor que representam[10].

Nem sempre é simples elaborar a síntese do diálogo, mas essa tarefa pode ser fortemente apoiada pela documentação do diálogo por diferentes meios, incluindo a gravação por áudio ou vídeo, o registro de manifestações individuais e deliberações em notas escritas, por membros do grupo de relatores do diálogo, e discussões de síntese deste mesmo grupo, imediatamente após a sua realização, com a consequente elaboração do registro dessa discussão. Enfatizamos que, na síntese do diálogo, nenhuma contribuição dos participantes poderá ser atribuída nominalmente ao participante ou à instituição que representa, conforme Regra de *Chatham House*[10].

O relatório de síntese do diálogo precisa também contar com feedback e validação dos participantes, como já mencionado, para garantir que as interpretações feitas pelo grupo de organização sejam coerentes com as perspectivas dos participantes. A síntese do diálogo, uma vez finalizada, pode alcançar um público diversificado, incluindo diferentes grupos interessados no problema abordado, além dos tomadores de decisão, e proporcionar informações de alto valor para a contextualização das evidências científicas, essenciais para a tradução do conhecimento e a implementação das opções contidas na síntese de evidências utilizada como base ao diálogo[10].

5.1 FORMATO DA SÍNTESE DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

Assim como na síntese de evidências, o formato da síntese do diálogo deliberativo é fundamental para garantir que mais pessoas sejam capazes de seguir seu conteúdo de forma legível e compreensível, com foco nos elementos mais importantes a serem comunicados, da forma mais sintética e objetiva possível[10].

É importante lembrar que, assim como durante o diálogo, a Regra de *Chatham House* deve ser mantida e respeitada, evitando incluir menções expressas às instituições representadas ou aos autores individuais das informações, opiniões ou deliberações reportadas na síntese do diálogo[10].

Sugere-se, assim, um formato de entrada do conteúdo baseado nas seguintes seções:

1. Resumo do diálogo deliberativo (1 página): visão geral das mensagens-chave sobre o diálogo e sobre as deliberações.
2. Contexto do diálogo deliberativo (até 2 páginas): informações breves sobre a síntese de evidências abordada (objeto), objetivos (finalidade) e contexto (relevância) do diálogo.
3. Síntese descritiva/interpretativa das deliberações feitas pelos participantes (até 15 páginas): detalhamento das seguintes deliberações feitas no diálogo, em relação a cada elemento da síntese de evidências:

    a. Deliberações sobre o problema descrito na síntese de evidências, incluindo seus elementos-chave e a forma como foram descritos e apresentados, bem como quaisquer elementos adicionais relevantes que tenham emergido das deliberações

    b. Deliberações sobre as opções de políticas informadas por evidências apresentadas na síntese de evidências: deliberações sobre cada uma das opções apresentadas na síntese de evidências para abordar o problema, incluindo seus elementos-chave e a forma como foram descritos e apresentados, bem como quaisquer elementos adicionais relevantes que tenham emergido das deliberações.

    c. Deliberações sobre as considerações sobre barreiras e estratégias de implementação: deliberações sobre as considerações de implementação apresentadas na síntese de evidências, incluindo seus elementos-chave, as barreiras e estratégias de superação, e a forma como foram descritos e apresentados, bem como quaisquer elementos adicionais relevantes que tenham emergido das deliberações.

d. Deliberações sobre as considerações de equidade apresentadas na síntese de evidência e a forma como foram descritas, bem como quaisquer elementos adicionais relevantes que tenham emergido das deliberações.

e. Deliberações sobre os próximos passos: aspectos-chave dos próximos passos para enfrentamento do problema, no contexto específico em que o diálogo foi realizado, incluindo a contribuição dos setores envolvidos, a mudança na visão dos participantes sobre o problema e as opções, e como cada participante poderia contribuir para o enfrentamento do problema.

4. Síntese da avaliação do diálogo: quadro-resumo dos resultados da avaliação do diálogo pelos participantes, considerando as questões-chave (que serão exploradas na próxima seção).

Ainda são poucas as publicações relacionadas aos diálogos deliberativos, realizados no Brasil. No portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) encontra-se disponível uma base de PIE com uma coleção de documentos de diálogos deliberativos. Acesse: https://sites.bvsalud.org/pie/pt/biblio

OUÇA O PODCAST

Sobre como incorporar os achados do diálogo na síntese com a fala de Tereza Toma, pesquisadora aposentada do Instituto de Saúde de São Paulo.

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ouvir Podcast

6. QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NA AVALIAÇÃO DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

No seu relatório de síntese também é importante incluir uma avaliação do diálogo deliberativo. Um questionário estruturado pode ser aplicado com os participantes, para captar sua avaliação sobre alguns elementos-chave do diálogo. Também pode ser usado o recurso de avaliação verbal, como uma sessão adicional do diálogo, mediante perguntas com foco no processo, procedimentos adotados e resultados alcançados. Estes dados fornecerão informações sobre o quanto o diálogo foi facilitado de acordo com a metodologia proposta e se foi efetivo em alcançar seus objetivos, na perspectiva dos participantes[6,30].

As questões sugeridas para consideração na avaliação do diálogo, de acordo com Lavis et al. (2009a)[6], são as seguintes:

1. O diálogo abordou um problema prioritário?
2. O diálogo deu oportunidade para abordar o problema, opções para enfrentá-lo e considerações sobre a implementação dessas opções?
3. O diálogo foi sustentado por uma síntese de evidências para informar políticas, circulada previamente, e por discussões sobre toda a variedade de fatores que poderiam influenciar o processo de formulação e implementação de políticas?
4. O diálogo assegurou a justa representação dos diferentes grupos interessados/envolvidos ou que serão influenciados pelas futuras decisões relacionadas ao problema?
5. O diálogo foi mediado por um facilitador que manteve postura isenta, seguiu a regra de não atribuição de comentários individuais e não buscou o consenso sobre as questões discutidas?
6. Os próximos passos foram discutidos e foi proposto um acompanhamento para embasar a ação no enfrentamento do problema?

Ademais, a avaliação do diálogo pode ser realizada no formato de formulário *online* ou impresso e/ou entrevistas, vídeos ou podcasts com os participantes e com membros da equipe organizadora do diálogo. No último caso, torna-se imprescindível a coleta de autorização de cessão de uso de imagem e voz[6].

Por fim, ainda segundo Lavis et al. (2009a)[6], a síntese do diálogo precisa ser:

1. Direcionada a uma audiência específica (principalmente os participantes do diálogo tomadores de decisões pertinentes ao problema em foco);
2. Ágil em sua produção e validação junto aos participantes e na disseminação estratégica;
3. Estruturada conforme orientado pela literatura científica no campo da tradução do conhecimento mundial;
4. Avaliada em sua organização, condução e nas metas especificadas;
5. Disseminada para audiências estratégicas.

7. PERSPECTIVAS

Neste documento, procuramos abordar os principais tópicos para o desenvolvimento de diálogos deliberativos, de forma que todos os atores sociais tenham acesso aos processos metodológicos e conceitos-chave.

Os diálogos deliberativos compartilham o objetivo comum de que a discussão e a consideração cuidadosa devem contribuir para uma decisão de política de saúde bem informada. Dessa forma, constituem uma etapa importante do processo de elaboração das sínteses de evidências para informar políticas.

No contexto do SUS, espera-se que diálogos deliberativos bem elaborados e conduzidos apoiem formuladores de políticas de saúde na tomada de decisão pautada nas melhores evidências científicas e, com isso, contribuam dando voz aos atores sociais para uma justa distribuição de assistência e serviços de saúde.

Reflexões feitas em espaços de diálogo permitem que todos os atores sociais envolvidos na temática prioritária identifiquem estratégias alternativas para facilitar o uso de evidências na prática e nas políticas de saúde.

Nesse sentido, o conteúdo abordado nesta diretriz foi desenvolvido para utilização em um contexto nacional, mas pode ser adaptado a sua realidade local, onde será elaborado o diálogo deliberativo e, assim, contribuir para uma tomada de decisão em saúde, de acordo com as necessidades e os objetivos estabelecidos pelos atores sociais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este documento incentive a elaboração de diálogos sistematizados e transparentes para que as PIE continuem avançando e disseminando os processos de tradução do conhecimento. Veja a seguir mais algumas sugestões para que os diálogos deliberativos sejam realizados de forma mais eficaz:

- Leia e releia a diretriz para que os materiais de experiências, vídeos, depoimentos coletados aqui sirvam para você refletir sobre possíveis barreiras e facilitadores que possam encontrar no seu contexto local.
- Planeje o desenvolvimento do diálogo, utilize os conteúdos abordados para cada fase do processo de construção do diálogo e identifique cada ator envolvido com suas atribuições específicas. Isso fará com que você tenha um planejamento prévio de todas as fases e de todos os envolvidos.
- Adapte os processos ao seu contexto, verifique se você tem os recursos necessários para desenvolver as atividades que um diálogo contempla, adaptando o que é possível e garantindo que os objetivos sejam alcançados.
- Converse com outros grupos e pessoas que realizam ou já realizaram diálogos para troca de experiências.

ASSISTA AO VÍDEO

Assista ao vídeo sobre a contribuição da diretriz para o SUS com a fala Izabela Fulone, consultora técnica da Coordenação-Geral de Evidências em Saúde do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit).

Para acessar este conteúdo **escaneie o QR code ou clique no botão ao lado**.

Ver vídeo

Esta diretriz não esgota o assunto nem todos os temas pertinentes a um diálogo deliberativo. Temos a Rede EVIPNet que incentiva e reúne instituições e pesquisadores a colaborarem com todo o ciclo de produção e tradução de conhecimento.

GLOSSÁRIO

- **Atores sociais:** qualquer representação social de quaisquer entidades públicas ou privadas ou usuários do SUS que, de alguma forma, contém em si aspectos identitários que tangenciam ou permitem a participação no processo decisório em saúde[53].

- **Ciência de Implementação:** é o estudo científico de métodos aplicados à promoção da captura sistemática de resultados de pesquisas e outras práticas baseadas em evidências na prática de rotina para melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços e cuidados de saúde[54].

- **Ciência de Cidadania (no inglês, *Citizen Science*):** iniciativas em que o modelo de produção de conhecimento científico e tecnológico acontece através da colaboração entre membros da sociedade e pesquisadores profissionais e/ou organizações promotoras em cada um dos aspectos da tomada de decisão, criando, desse modo, uma cultura de promoção do empoderamento da sociedade[25,55-61].

- **Glocal:** o local e o global podem ser vistos como uma expressão para combater a fragmentação política e ter voz na definição da agenda global. A interação do local e do global vêm da arena do desenvolvimento sustentável[62].

- **Participação social:** referência às várias formas por meio das quais os cidadãos (indivíduos, profissionais de saúde, cientistas, jornalistas, cuidadores, entre outros) interferem no processo de tomada de decisões para fins de planejamento, formulação e avaliação de políticas, expressando demandas, preocupações, reclamações, conselhos, decisões consensuais etc[20].

- **Políticas Informadas por Evidências (PIE):** é uma abordagem para decisões políticas que se destina a garantir que a tomada de decisões está bem informada pelas melhores evidências de pesquisa disponíveis[63].

- **Síntese de Evidências para Informar Políticas (SEP):** documento que abrange a descrição do problema de saúde, as estratégias mais efetivas para lidar com o problema, levantadas a partir de informações da literatura científica global, as

considerações sobre barreiras e facilitadores na implementação das estratégias identificadas e as considerações sobre equidade ao implementar essas estratégias[5].

- **Tradução do conhecimento:** a definição mais amplamente utilizada foi publicada pelos Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde, a qual determina tradução do conhecimento como um processo dinâmico e interativo que inclui síntese, disseminação, intercâmbio e aplicação ética do conhecimento para melhorar a saúde, fornecer serviços e produtos de saúde mais eficazes e fortalecer o sistema de saúde, sendo a ponte entre o pesquisador e o tomador de decisão[64].

REFERÊNCIAS

1. CAIRNEY, P.; OLIVER, K. Evidence-based policymaking is not like evidence-based medicine, so how far should you go to bridge the divide between evidence and policy? Health Research Policy and Systems, [s. l.], v. 15, n. 35, p. 1-11, 2017.

2. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). EVIPNet in action: 10 years, 10 stories. Geneva: WHO, 2016a. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/evipnet-in-action-10-years-10-stories. Acesso em: 20 set. 2023.

3. PAN-AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Evidence informed policy-making. PAHO, 2021. Disponível em: https://www.paho.org/en/knowledge-translation-and-evidence-program/evidence-informed-policy-making. Acesso em: 20 set. 2023.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Rede para políticas informadas por evidências: transformando políticas por meio de evidências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://brasil.evipnet.org/. Acesso em: 20 set. 2023.

5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde . Departamento de Ciência e Tecnologia. Diretriz metodológica: síntese de evidências para políticas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretriz_sintese_evidencias_politicas.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

6. LAVIS, J. N. et al. SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP) 14: organising and using policy dialogues to support evidence-informed policymaking. Health Research Policy System, v. 7, Suppl. 1, p. S1-S14, 2009a.

7. LAVIS, J.N. et al. SUPPORT tools for evidence-informed health policymaking (STP). Health Research Policy System, v. 7, Suppl. 1, p. 1-7, 2009b.

8. FERRAMENTAS SUPPORT para a elaboração de políticas de saúde baseadas em evidências (STP): uma coletânea de artigos publicados na revista 'Health Research Policy and System. Disponível em: https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=3287:2010-ferramentas-politicas-saude-baseadas-evidencias-stp&Itemid=0&lang=fr#gsc.tab=0. Acesso em: 20 set. 2023.

9. THE SURE COLLABORATION. SURE Guides for preparing and using evidence-based policy. Briefs: 1. Getting started. Version 2.1. Updated Nov. 2011. The SURE Collaboration, 2011. Disponível em: https://epoc.cochrane.org/sites/epoc.cochrane.org/files/public/uploads/SURE-Guides-v2.1/Collectedfiles/sure_guides.html. Acesso em: 20 set. 2023.

10. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Regional Office for Europe. Evidence-

informed policy network Europe (EVIPNet Europe). Policy dialogue preparation and facilitation checklist. Copenhagen: WHO EURO, 2016b. Disponível em: https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0017/323153/EVIPNET-PD-preparation-facilitation-checklist.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

11. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Evidence-informed Policy Network (EVIPNet). Geneva: WHO, 2022. Disponível em: https://www.who.int/initiatives/evidence-informed-policy-network. Acesso em: 20 set. 2023.

12. CENTRE FOR PUBLIC IMPACT. A brief introduction to evidence-informed policymaking. Center for Public Impact, Jun. 2018. Disponível em: https://www.centreforpublicimpact.org/assets/documents/CPI-A-brief-intro-to-Evidence-informed-policymaking.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

13. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Nothing for us, without us. Opportunities for meaningful engagement of people living with NCDs: meeting report. Geneva: WHO, 2021a. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/340737/9789240023321-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2023.

14. MCGOWAN, C. R. et al. Community-based surveillance of infectious diseases: a systematic review of drivers of success. BMJ Global Health, v. 7, e009934, 2022. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9396156/pdf/bmjgh-2022-009934.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

15. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Regional reflections: analysis from informal regional consultations with people living with noncommunicable diseases and mental health conditions. Geneva: WHO, 2023. (Intention to Action Series). Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240069749. Acesso em: 20 set. 2023.

16. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Voice, agency, empowerment: handbook on social participation for universal health coverage. Geneva: WHO, 2021b. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/hgf/9789240027794.pdf?sfvrsn=ede874ae_7&download=true. Acesso em: 20 set. 2023.

17. BARONE, M. et al. Empowering and engaging patients: unlocking access to patient records and aiding decision making. In: World Innovation Summit for Health, Doha, Qatar, 2022. Disponível em: https://www.wish.org.qa/wp-content/uploads/2022/12/QFJ9259-06-Empowering-And-Engaging-Patients-WEB.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

18. NCD ALLIANCE. Meaningful involving people living with NCDs. NCD Alliance, 2018. Disponível em: https://ncdalliance.org/sites/default/files/resource_files/

MeaningfulInvolvingPLWNCDs_Report_FINAL.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

19. NCD ALLIANCE. Global charter on meaningful involvement of people living with NCDs. NCD Alliance, 2021. Disponível em: https://www.ourviewsourvoices.org/sites/ovov/files/2021-09/Global%20Charter_English_Final_2%20Sep.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

20. BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social — PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 98, seção 1, Brasília, DF, p. 6, 26 maio 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/legislacao/decretos/decreto-8423-2014.pdf/view. Acesso em: 20 set. 2023.

21. ROWE, G.; FREWER, L. J. A typology of public engagement mechanisms. Sci Technol Human Values, v. 30, n. 2, p. 251-290, 2005.

22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde . Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. Participação social na avaliação de tecnologias em saúde para sistemas de saúde: achados de uma síntese de evidências qualitativas. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Fiocruz, 2020b. Disponível em: https://brasilia.fiocruz.br/aagts/participacao-social-popart/popart-produtos/. Acesso em: 20 set. 2023.

23. CASTRO, R.; ELIAS, FTS. Envolvimento dos usuários de sistemas de saúde na Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS): uma revisão narrativa de estratégias internacionais. Interface, v. 22, n. 64, p. 97-108, 2018.

24. YUBA, A. L. et al. Challenges to decision-making processes in the national HTA agency in Brazil: operational procedures, evidence use and recommendations. Health Research Policy and Systems Policy Syst, v. 16, n. 40, p. 1-9, 2018.

25. WORTLEY, S. et al. What factors determine the choice of public engagement undertaken by health technology assessment decision-making organizations? J Health Organ Manag, v. 30, n. 6, p. 872-890, 2016.

26. GAUVIN, F. P. Citizen Panels Program. Hamilton, Canada: McMaster Health Forum, 2017. Disponível em: https://www.mcmasterforum.org/docs/default-source/resources/23_citizen-panels.pdf?sfvrsn=da1d55d5_6. Acesso em: 20 set. 2023.

27. MCMASTER HEALTH FORUM. Citizen Panels. Hamilton, Canada: McMaster Health Forum, 2021. Disponível em: https://www.mcmasterforum.org/spark-action/citizen-panels. Acesso em: 28 jul. 2023.

28. CULYER, A. J.; LOMAS, J. Deliberative processes and evidence-informed decision-making in health care: do they work and how might we know? Evid Policy, v. 2, p. 357-371, 2006.

29. LAVIS, J. N. Moving forward on both systematic reviews and deliberative processes. Health Policy, v. 1, n. 2, p. 59-63, 2006.

30. LAVIS, J. N.; BOYKO, J. A.; GAUVIN, F. P. Evaluating deliberative dialogues focused on healthy public policy. BMC Public Health, v. 14, p. 1-7, 2014.

31. LOMAS, J. et al. Conceptualizing and combining evidence for health system guidance. Ottawa: Canadian Health Services Research Foundation, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257946074_Conceptualizing_and_Combining_Evidence_for_Health_System_Guidance. Acesso em: 20 set. 2023.

32. NABYONGA-OREM, J. et al. Perspectives on health policy dialogue: definition, perceived importance and coordination. BMC Health Serv Res, v. 16, Suppl. 4. p. 273-286, 2016.

33. ROBERT, E. et al. Policy dialogue as a collaborative tool for multistakeholder health governance: a scoping study. BMJ Glob Health, v. 4, Suppl, 7, e002161, 2020.

34. TOMA, T. S. et al. Síntese de evidências para políticas de saúde. In: INSTITUTO DE SAÚDE. Avaliação de tecnologias de saúde & Políticas informadas por evidências. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p.183-208.

35. TRAPÉ, C. A. et al. Relatório: Métodos de análise qualitativa dos diálogos de políticas de saúde: uma revisão de escopo. São Paulo: Hospital do Coração, 2019.

36. YIMGANG, D. et al. A scoping review of researchers' involvement in health policy dialogue in Africa. Syst Rev, v. 10, n. 190, p. 1-12, 2021.

37. RAJAN, D. et al. Policy dialogue: what it is and how it can contribute to evidence-informed decision-making. Geneva: World Health Organization, 2015.

38. BOYKO, J. A.; KOTHARI, A.; WATHEN, C.N. Moving knowledge about family violence into public health policy and practice: a mixed method study of a deliberative dialogue. Health Res policy Syst, v. 14, p. 1-9, 2016.

39. BOYKO, J. A.; LAVIS, J. N.; DOBBINS, M. Deliberative dialogues as a strategy for system-level knowledge translation and exchange. Health Policy, v. 9, n. 4, p. 122-131, 2014.

40. ACOSTA, A. M.; OELKE, N. D.; LIMA, M. A. D. S. Considerações teóricas do diálogo deliberativo: contribuições para prática, política e pesquisa em Enfermagem. Texto Contexto – Enfermagem, v. 26, n. 4, 2017.

41. *CHATHAM HOUSE. Chatham House* Rule. The Royal Institute of International Affairs, 2021. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/about-us/chatham-house-rule. Acesso em: 20 set. 2023.

42. BOYKO, J. A. et al. Deliberative dialogues as a mechanism for knowledge translation and exchange in health systems decision-making. Social Science and Medicine, v. 75, n.

11, p. 1938-1945, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.06.016. Acesso em: 20 set. 2023.

43. ADE, N. et al. Coordination of the health policy dialogue process in Guinea: pre- and post-Ebola. BMC Health Serv Res, v. 16, Suppl. 4, p. 347-355, 2016.

44. DAMANI, Z. et al. The use of a policy dialogue to facilitate evidence-informed policy development for improved access to care: the case of the Winnipeg Central Intake Service (WCIS). Health Res Policy Syst, v. 14, n. 1, p. 1-13, 2016.

45. RIDDE, V.; DAGENAIS, C. What we have learnt (so far) about deliberative dialogue for evidence-based policymaking in West Africa. BMJ Glob Health, v. 2, n. 4, e000432, 2017.

46. MOAT, K. A. et al. Evidence briefs and deliberative dialogues: perceptions and intentions to act on what was learnt. Bull World Health Organ, v. 92, n. 1, p. 20-28, 2014.

47. CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto – Enfermagem, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

48. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Ed. 70, 1977. Disponível em: https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

49. GIVEN, L. M. (ed.) The Sage encyclopedia of qualitative research methods. Los Angeles: Sage, 2008. v.1.

50. SOUSA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

51. MULVALE, G.; MCRAE, S. A.; MILICIC, S. Teasing apart "the tangled web" of influence of policy dialogues: lessons from a case study of dialogues about healthcare reform options for Canada. Implement Sci, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2017.

52. EVANS-AGNEW, R. A. et al. Applying Critical Discourse Analysis in Health Policy Research: case studies in regional, organizational, and global health. Policy Polit Nurs Pract, v. 17, n. 3, p. 136-146, 2016.

53. MARTINS, P. C. De quem é o SUS? Sobre as representações sociais dos usuários do Programa Saúde da Família Saúde. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1933-1942, 2011.

54. ECCLES, M. P.; MITTMAN, B. S. Welcome to Implementation Science. Implement Sci, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2006. Disponível em: https://implementationscience.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1748-5908-1-1?site=implementationscience.biomedcentral.com. Acesso em: 20 set. 2023.

55. CAMPOS, G. W. S. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte. Ciência & Saúde Coletiva, v. 176, n. 7, p. 3033-3040, 2011.

56. FERREIRA, C. S.; FRANCO, T. B; MERHY, E. Processo de trabalho do Agente comunitário de Saúde e a reestruturação produtiva. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 4, p. 898-906, 2009.

57. WOOLLEY, N. et al. Citizen science or scientific citizenship? Disentangling the uses of public engagement rhetoric in national research initiatives. BMC Med Ethics, v. 17, n. 33, p. 1-17, 2016.

58. PRAINSACK, B. Understanding participation: the 'citizen science' of genetics. In: PRAINSACK, W. F; SCHICKTANZ, G. B. (ed.). Genetics as Social Practice. Farnham: Ashgate, 2014. p. 147-164.

59. DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 19-34.

60. JASANOFF, S. States of knowledge: co-production of science and social order. London: Routledge, 2004.

61. CHARLES, C. D. S. Lay participation in health care decision making: a conceptual framework. J Health Polit Policy Law, v. 18, n. 4, p. 881-904, 1993.

62. KICKBUSCH, I. Global + local = glocal public health. J Epidemiol Community Health, v. 53, n. 8, p. 451-452, 1999.

63. OXMAN, A. D. et al. SUPPORT tools for evidence-informed health Policymaking (STP) 1: what is evidence-informed policymaking? Health Research Policy and Systems, v. 7, Suppl. 1, S1, 2009. Disponível em: https://health-policy-systems.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1478-4505-7-S1-S1.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

64. CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH. About us. Montreal, 2016. Disponível em: http://www.cihr-irsc. gc.ca/e/29418.html. Acesso em: 20 set. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE I
CHECKLIST PARA **EQUIPE ORGANIZADORA** DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

FASES	ATIVIDADES	CHECKLIST
Antes do diálogo	Definir objetivos	
	Definir a data com antecedência	
	Definir se o diálogo será presencial ou virtual	
	Para encontro presencial:	
	Eleger e reservar um local com cadeiras/mesas	
	Para encontro presencial:	
	Providenciar almoço, lanche, transporte e crachás, se necessário	
	Para encontro virtual:	
	Agendar o encontro em uma plataforma (Zoom, Meets etc.), elaborar um guia explicativo sobre a ferramenta a ser utilizada para enviar junto com o link de acesso	
	Mapear e conhecer os grupos de interesse	
	Selecionar aproximadamente 20 participantes	
	Convidar antecipadamente os participantes	
	Elaborar uma lista de espera	
	Encaminhar antecipadamente aos participantes e ao facilitador a síntese de evidências	
	Definir equipe de relatoria (no mínimo duas pessoas)	
	Planejar a análise e a síntese dos dados	
	Planejar a disseminação dos resultados	

FASES	ATIVIDADES	CHECKLIST
No dia do diálogo	**Para encontro presencial:**	
	Organizar o local com cadeiras/mesas	
	Verificar horário e entrega do almoço/lanche	
	Receber os participantes	
	Fazer a análise e síntese dos dados	
	Providenciar a disseminação dos resultados	

APÊNDICE II
CHECKLIST PARA O **FACILITADOR** DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

FASES	ATIVIDADES	CHECKLIST
Antes do diálogo	Ler síntese de evidência	
	Verificar a necessidade e a possibilidade de ter um co-facilitador	
	Levar uma lista das etapas que precisam ser realizadas	
No dia do diálogo	Interagir e engajar os participantes	
	Assegurar o tempo do diálogo e fala de todos os participantes	
Após o diálogo	Contribuir com o relatório da atividade	
	Contribuir com a disseminação do relatório da atividade	

APÊNDICE III
CHECKLIST PARA O **PARTICIPANTE** DO DIÁLOGO DELIBERATIVO

FASES	ATIVIDADES	CHECKLIST
Antes do diálogo	Confirmar participação	
	Ser informado sobre objetivo, finalidade, data, horário e local do diálogo	
	Ser informado sobre as regras que regem o diálogo, como as regras de Chatam House.	
	Ler síntese de evidência	
	Levantar opiniões e dados relevantes ao diálogo com sua organização	
	Preencher e assinar qualquer material prévio enviado pela equipe organizadora do diálogo, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o termo de cessão de uso de imagem e voz	
	Levar para o diálogo os pontos-chave anotados e informações que a síntese não considerou	
No dia do diálogo	Usar linguagem adequada e respeitosa para que todos compreendam o que está dizendo	
	Ser breve em seus momentos de fala, de acordo com o tempo combinado	
Após o diálogo	Multiplicar o conhecimento produzido na interação com os demais participantes	
	As informação recebidas podem ser usadas livremente, mas sem divulgar a identidade e a filiação dos participantes.	

hcor
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÍRIA

PROADI-SUS
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO